



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresanacional.gov.ao">www.impresanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	..... Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	..... Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	..... Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	..... Kz: 115 470.00	

### SUMÁRIO

#### Assembleia Nacional

Resolução n.º 48/14:

Aprecia o Relatório de Balanço de Execução do Orçamento Geral do Estado do I Trimestre/2014.

#### Tribunal Supremo

Resolução n.º 1/14

Aprova o Regulamento da Lei Orgânica do Tribunal Supremo.

### ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 48/14

de 29 de Agosto

Considerando que o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, remeteu à Assembleia Nacional o Relatório de Execução do OGE do I Trimestre de 2014, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º e do n.º 6 do artigo 246.º, ambos do Regimento da Assembleia Nacional, conjugados com o n.º 3 do artigo 63.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado;

Considerando que a Assembleia Nacional, no exercício da sua competência de fiscalização orçamental e financeira, deve apreciar o Relatório de Execução Financeira Trimestral do OGE de cada exercício económico;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos do n.º 3 do artigo 63.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, conjugado com a alínea f) do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — A Assembleia Nacional tomou conhecimento da informação relativa ao Relatório de Balanço de Execução do Orçamento Geral do Estado do I Trimestre/2014, que é parte integrante da presente Resolução.

2.º — O Relatório de Balanço de Execução Trimestral proveniente do Executivo evidencia uma execução positiva do I Trimestre do OGE de 2014, com um elevado nível de informação analítica do valor das Receitas e Despesas Extra-orçamentais e das Transacções da Sonangol Concessionária em nome do Estado Angolano.

3.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 17 de Julho de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

### RELATÓRIO DE BALANÇO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO I TRIMESTRE 2014

#### 1. Introdução

1. O presente Relatório pretende responder à exigência legal estabelecida no n.º 3 do artigo 63.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, nos termos do qual «o Presidente da República deve informar à Assembleia Nacional, até 45 dias após o termo do Trimestre a que se refere, sobre a execução orçamental, financeira e patrimonial, através de balancetes e relatórios trimestrais elaborados pelo órgão responsável pela contabilidade nacional, à excepção do último trimestre do ano, sobre o que é apresentada a Conta Geral do Estado, que acumula o movimento do exercício encerrado».

2. O documento faz um balanço do I Trimestre do Exercício Financeiro de 2014, apresentando dados sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, incluindo os Balanços Orçamental, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

3. De notar que o Orçamento Geral do Estado para 2014 tem receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamentos e venda de activos) projectadas em cerca de Kz: 4.744.800 milhões e despesas (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em Kz: 5.375.100 milhões, do que resulta num deficit fiscal de Kz: 630.300 milhões equivalente a 4,9% do PIB.

4. A informação apresentada no presente relatório foi extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) a 7 de Maio e faz referência à execução orçamental durante o Trimestre de 2014.

5. Um conjunto de anexos auxilia a compreensão das informações apresentadas ao longo do documento.

### 1.1. O Desempenho das Finanças Públicas

6. Em virtude da agenda de crescimento e desenvolvimento económico e social consubstanciado no Plano Nacional de

Desenvolvimento 2013-2017, o curso definido para a política fiscal para o ano financeiro 2014, à semelhança do ano financeiro de 2013, continuou assente no quadro macroeconómico fundamental prognosticado no PND, mas ajustado aos principais desenvolvimentos económicos (internos e externos, recentemente registados) de enquadramento interno e internacional recentemente registados.

7. Para o exercício financeiro de 2014, a execução do Plano Financeiro do Executivo está consagrada pela expectativa de aceleração da actividade económica interna em 8,8% contra os 7,4 verificados em 2013, como resultado de um bom desempenho do sector não petrolífero cuja previsão de crescimento é de 9,9%. Relativamente ao Sector Petrolífero, espera-se no ano corrente um crescimento real de 6,5%.

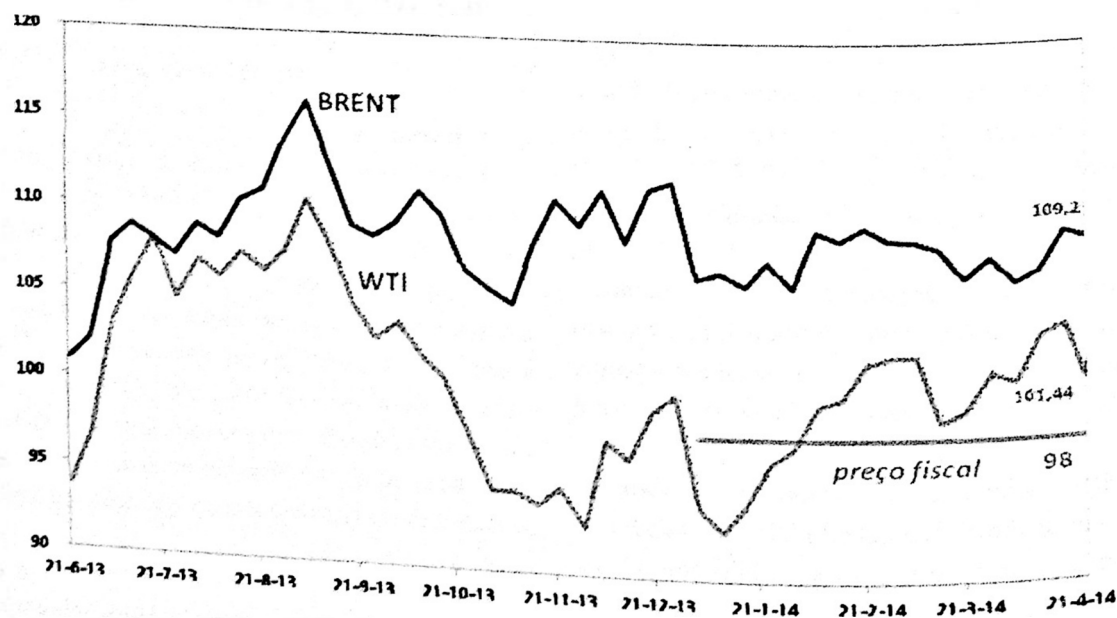
### Pressupostos Subjacentes ao OGE 2014

	EXECUÇÃO		PREMISSAS, METAS/OBJETIVOS			
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inflação (%)	9,0	7,7	7,0-9,0	7,0	7,0	7,0
Produção Petrolífera Anual	631,8	629,8	655,0	732,5	760,4	686,0
Média Diária Anual	1,7	1,8	1,8	2,0	2,1	1,9
Preço Médio de Exportação do Petróleo Bruto (US\$/barrel)	111,6	107,0	98,0	92,0	89,9	89,4
Produto Interno Bruto						
Valor Nominal (Mil Milhões de KZ)	10.876,0	12.071,1	12.822,5	14.997,3	16.808,8	18.513,0
Taxa de Crescimento Real (%)	5,2	7,4	8,8	8,8	7,5	4,3
Sector Petrolífero	4,3	0,3	6,5	4,0	3,8	9,8
Sector Não-Petrolífero	5,6	11,5	9,9	11,2	9,2	10,4
Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB Não Petrolífero) Stock de RIL (Mil Milhões de US\$)	30,1	29,6	45,1	32,6	28,2	24,1
Stock de RIL (Mil Milhões de US\$)	30.602,7	30.945,3	33.736,6	47.764,5	50.571,5	53.890,5
Taxa de Câmbio	95,4	96,5	98,0	99,1	100,1	102,7
Taxa de Crescimento do M2	33,5	15,3	19,6	18,9	15,6	13,5
Investimento Director Líquido	1.119,8	1.652,3	1.239,0	811,4	3.139,2	6.264,0

Fonte: MINFIN - Relatório de Fundamentação do OGE 2014; BNA - Mapa dos Meios de pagamentos (M3) de 12-02-2014; MINPLAN.

### Quadro 1 Pressupostos Subjacentes do OGE

8. Não obstante os potenciais riscos resultantes da volatilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais, o preço do petróleo continua em alta, em especial, o preço fiscal ou operacional de USD 98/bbl, reflectindo-se na manutenção da estratégia de gestão fiscal prudente por parte do Executivo.



Fonte: OGE 2014 & Bloomberg.

Gráfico 1: Evolução do Preço do Petróleo (Brent) vs Preço fiscal Operacional

9. A meta operacional para a taxa de inflação anual acumulada, que gravita na banda de 7,0-9,0% para o ano de 2014, conforme previsto no cenário macroeconómico, continua a ser perseguida pelo Executivo, tendo a inflação medida em Março relativa aos últimos doze meses se situado em 7,32%, abaixo da inflação acumulada registada em Dezembro em 0,37 pontos percentuais, enquanto a taxa de inflação acumulada de Março de 2014 fixou-se em 1,56%, menos 0,35 pontos percentuais em relação à inflação acumulada de 2,11% observada em Março do ano de 2013.

10. A gestão da política fiscal continua centrada nas grandes directrizes financeiras previstas no Quadro Fiscal de Médio Prazo 2013-2017, visando o alcance de resultados fiscais consistentes com o aprofundamento da estabilidade macroeconómica e sem comprometer o controlo sustentável da inflação, consagrando o OGE 2014 opções de medidas de política orçamental que visem a melhoria da eficiência e eficácia da despesa pública.

### 1.2. Objectivos Nacionais

11. Para o ano financeiro de 2014, o OGE preconiza a realização dos objectivos nacionais definidos no PND,

englobando não só a preservação da unidade e coesão nacional e a garantia das condições fundamentais para o desenvolvimento, como também a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a inclusão da juventude na vida activa, sector privado no processo de crescimento do País e a inclusão competitiva de Angola no cenário internacional.

12. Conforme previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o crescimento e desenvolvimento económico para o período 2013-2017 assenta na intervenção do Executivo em duas grandes áreas de políticas, cobrindo uma agenda de crescimento e desenvolvimento sectorial e outra centrada no desenvolvimento equilibrado do País em termos de prioridades territoriais, sendo esta última materializada por via dos designados Programas de Prioridade Nacional, vocacionados para a promoção do desenvolvimento equilibrado do território nacional e agrupados.

13. Foram identificados 20 Programas, que estão em curso e integram os Investimentos Públicos do âmbito geográfico nacional ou provincial e com impacto social e económico na vida das populações, dos quais se destacam:

### Principais Programas

(valores em milhões de Kz)

NE	PROGRAMAS	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXEC.
1	Prog. de Expans. Capac. de Prod. e Transmis. de Energ. Eléctrica	127 392	22 325	18%
2	Prog. De Prest. de Cuidados Primários E Assist. Hospitalar	29 923	6 810	23%
3	Prog. De Reab. E Constr. De Infraest. De Transporte Rodoviário	188 075	14 647	8%
4	Prog. de Reab. E Expansão dos Sist. Urbanos de água e Saneamento	119 354	6 807	6%
5	Prog. de Recup. e Modern. De Infra-Estrut. Aereas e de Transp. Aereo	16 470	4 906	30%
6	Prog. De Apoio Social	13 582	2 950	22%
7	Prog. De Desenvolvimento do Ensino Primário e Secundário	81 791	17 516	21%
8	Prog. De Desenvolvimento Comunitário	10 466	3 673	35%
9	Prog. De Fomento da Actividade Produtiva Agrícola	17 286	3 075	18%
10	Prog. De Gestão e Amplicação da Rede Sanitária	23 590	5 234	22%
11	Prog. De Ordenamento do Território e Urbanismo	162 071	60 357	37%
12	Prog. De Promoção de Habitação social	79 775	3 509	4%
13	Prog. De recenseamento Geral da População e Habitação	9 860	1 166	12%
14	Prog. Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza	75 490	16 002	21%
15	Prog. Água para Todos	30 171	4 228	14%
16	Prog. Participativo de Gestão Ambiental	29 198	6 783	23%
17	Programa de Construção de Equip. Sociais e Edifícios Públicos	156 874	20 363	13%
18	Prog. De Alfabetização	4 288	1 362	32%
19	Prog. De Desenvolvimento e Promoção do Desporto	21 584	4 022	19%
20	Prog. De Implantação do Sistema de Centros Culturais	9 199	2 967	32%
	Restantes Programas	6 051 946	1 161 665	19%
	<b>TOTAL</b>	<b>7 258 385</b>	<b>1 370 367</b>	<b>19%</b>

Fonte: SIGFE – Resumo da Despesa por Programa; MINFIN.

Quadro 2 Principais Programas

14. Ainda no alinhamento com o Plano Nacional de Desenvolvimento — PND e, da análise feita à Execução da Despesa por Programa, observamos que durante o I Trimestre de 2014 houve uma execução de Kz: 1.370.367 milhões, que representam cerca de 19% do valor da despesa orçamentada. De todos os Programas em execução, podemos destacar os seguintes:

- a) Programa de Ordenamento do Território e Urbanismo, com uma execução de 37%;
- b) Programa de Desenvolvimento Comunitário, com uma execução de 51%;

- c) Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, com uma execução de 21%;
- d) Programa de Fomento da Actividade Produtiva Agrícola, com uma execução de 18%.

### 2. Balanço da Execução do OGE do I Trimestre de 2014

15. No decorrer do I Trimestre de 2014 a execução do OGE teve o seguinte comportamento:

#### 2.1. Balanço Orçamental

16. O Orçamento Geral do Estado previu uma receita de Kz: 7.258.385 milhões e fixou a despesa em igual montante conforme Quadro 3.

Balanço Orçamental no 1º Trimestre  
(valores em milhões de Kz)

RECEITAS		ARRECAD. 1º Trím		DESPESAS		AUTORIZ.	REALIZ. 1º Trím	% Exec.
	PREVISTA	1º Trím	% Arrec.					
Receitas Correntes	4.859.618	1.057.121	22%	Despesas Correntes		3.904.943	929.278	24%
Tributária	2.218.558	562.794	25%	Pessoal e Contrib. Empreg.		1.370.091	272.647	20%
Patrimonial	2.505.877	490.767	20%	Bens		435.660	89.901	21%
Serviços	9.533	3.486	37%	Serviços		1.061.397	240.309	23%
Rec. Correntes Diversas	122.554	16	0%	Juros da Dívida		127.577	18.959	15%
Indeminizações e Restit.	3.096	58	2%	Subsídios		603.781	218.935	36%
				Transferências Correntes		306.437	88.527	29%
Receitas de Capital	2.398.767	250.096	10%	Despesas de Capital		3.309.850	441.088	13%
Alienações	1.644	235	14%	Investimentos		1.975.304	266.309	13%
Financiamentos	1.706.257	166.388	10%	Transferências de Capital		58246	0	0%
Tranferências de Capital	0	0	0%	Despesas de Cap. Financeiro		1.136.633	174.779	15%
Reversão de Res. Anteriores	690.866	83.473	12%	Outras Despesas de Capital		139667	0	0%
				Reservas		43.592	0	0%
				Reserva Orçamental				0%
				Total da Despesa		7.258.385	1.370.366	19%
Saldo Orçamental Negativo		63.149						
Total	7.258.385	1.370.366	19%	Total	7.258.385	1.370.366	19%	

Quadro 3 Balanço Orçamental no 1º Trimestre

17. O Balanço Orçamental do I Trimestre evidencia uma receita arrecadada de Kz: 1.307.217 milhões e despesas realizadas no valor de Kz: 1.370.366 milhões, de que resultou num saldo orçamental negativo de Kz: 63.149 milhões.

18. A Receita Fiscal do período foi projectada em Kz: 1.222.279 milhões, correspondendo em cerca de 25% da previsão, enquanto que a receita arrecadada cifrou-se em Kz: 1.307.217 milhões, o que representa a 18% do OGE. Comparativamente ao período homólogo, houve uma variação positiva de 22%.

19. A Despesa Fiscal programada para o período foi de Kz: 1.607.495 milhões correspondente a cerca de 23% do OGE e a execução da despesa em Kz: 1.370.366 milhões,

equivalente a 19%, o Balanço Orçamental demonstra que a despesa fixada, durante o período foi executada em 19%. Esta realização é superior em 73% comparativamente ao período homólogo de 2013. Em geral a execução financeira do período esteve em linha com o programado.

20. É de salientar que na despesa autorizada ocorreram alterações nas naturezas das despesas, sem contudo modificar o total autorizado para o ano, em função dos ajustes decorrentes de créditos adicionais processados dentro do exercício, através de contrapartidas internas, com base no disposto na alínea c) do artigo 35.º da Lei n.º 2/13, de 7 de Março — Lei que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2013.

Receitas Correntes

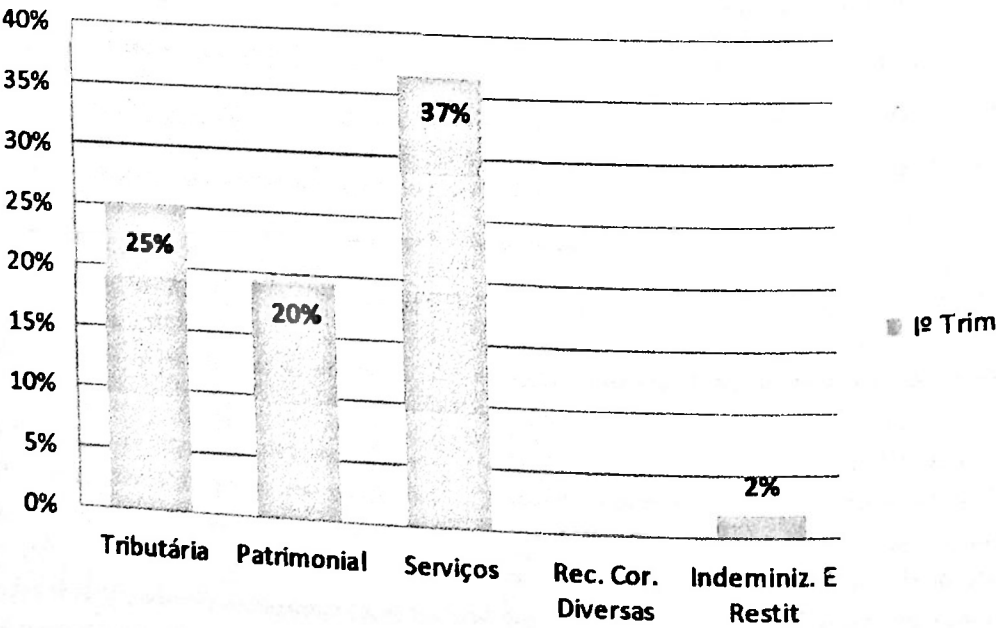


Gráfico 2 Receitas Correntes



21. De acordo o Gráfico 2, o grau de execução das receitas correntes está dentro do programado atendendo os níveis de realização, destaca-se a arrecadação de receitas de serviços com um grau de realização de 37% em relação as receitas

programadas, onde se inclui as receitas de serviços comerciais, serviços de conservatória e notariado e serviços comunitários.

22. As Receitas Correntes Diversas e as Indeminizações apresentam um baixo grau de realização ao longo do trimestre.

### Receitas de Capital

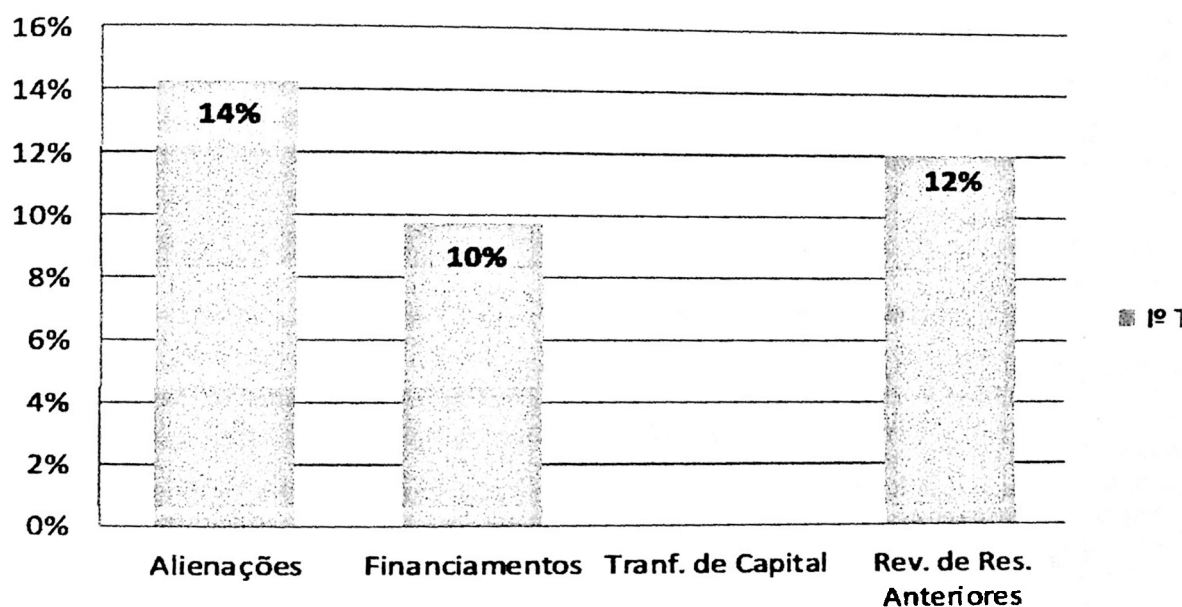


Gráfico 3 Receitas de Capital

23. Conforme ilustra o Gráfico 3, nível de arrecadação das Receitas de Capital esteve muito longe da programação do trimestre resultante da baixa arrecadação de receitas de financiamentos.

### Despesas Correntes

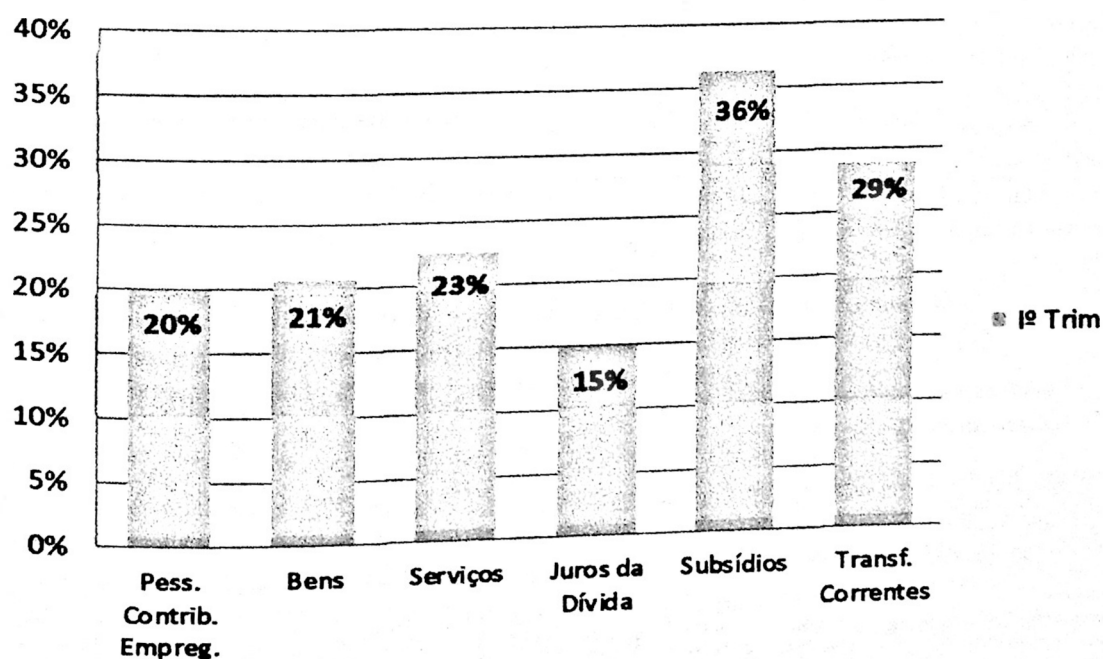


Gráfico 4 Despesas Correntes

24. A realização das Despesas Correntes situou-se a nível do que foi projectado tendo em conta o grau de execução. Destaca-se as despesas com subsídios e as transferências correntes, que ultrapassaram as projecções para o período em 36% e 29% respectivamente.

## Despesas de Capital

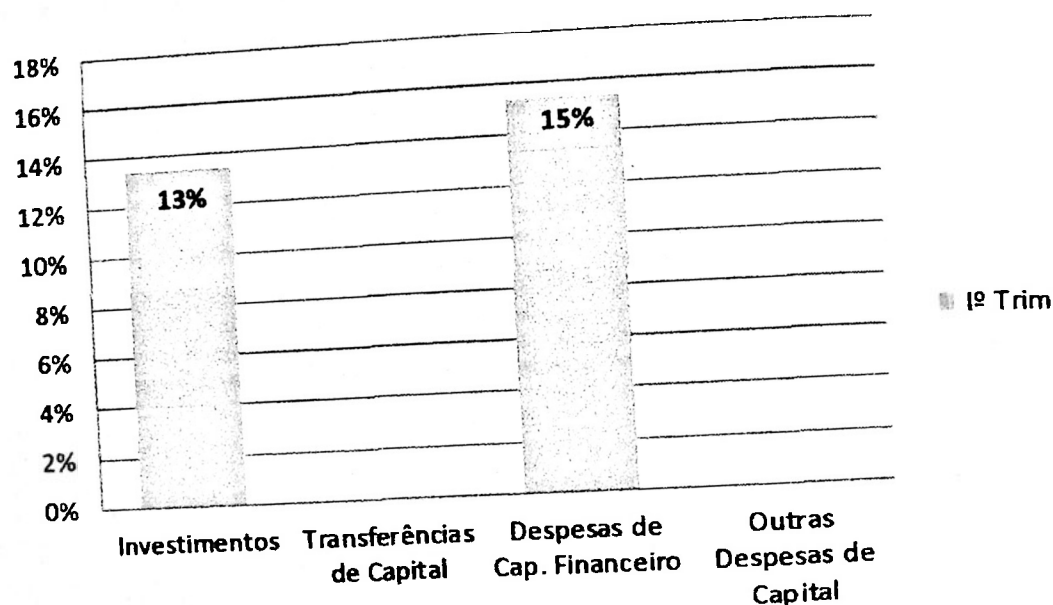


Gráfico 5 Despesas de Capital

25. A execução da Despesa de Capital em Kz: 441.088 milhões, esteve abaixo do previsto, resultante da não realização de Despesas de Transferência de Capital e Outras Despesas de Capital.

## Resultado Orçamental do 1º Trimestre

(valores em milhões de Kz)

CATEGORIA ECONÓMICA	AUTORIZADA		REALIZADA		Taxa de Execução 2014	Taxa de Execução 2013	Variação Homóloga
	2014 (1)	2013 (2)	2014 (3)	2013 (4)	$5 = 3/1 \cdot 100$	$6 = 4/2 \cdot 100$	$7 = [(4-3)/3] \cdot 100$
Receitas	7.258.385	6.635.567	1.307.217	1.074.628	18%	16%	22%
Despesas	7.258.385	6.635.567	1.370.366	793.619	19%	12%	73%
Resultado Orçamental			-63.149	281.009			-122%

Quadro 4 Resultado Orçamental

26. A receita arrecadada durante o período em análise ascendeu a Kz: 1.307.217 milhões a equivale a uma variação de sinal positivo de 22% face ao período homólogo de 2013, resultante do aumento das receitas correntes em 49%.

27. A despesa executada nos primeiros três meses do ano ascendeu a Kz: 1.370.366 milhões a que equivale uma variação de sinal positivo de 73% face ao período homólogo do ano transacto, resultante do aumento da despesa de capital em 161%.

28. O Resultado Orçamental do período foi negativo em Kz: 63.149 milhões resultante de uma arrecadação

de Kz: 1.307.217 milhões e uma despesa executada de Kz: 1.370.366 milhões, o que equivale a uma variação negativa de 122% face ao período homólogo de 2013.

## 2.1.1. Receitas Realizadas

29. A Receita realizada, incluindo a receita do Instituto Nacional de Segurança Social, no I Trimestre, teve uma execução na ordem dos 18%, fortemente influenciada pelas Receitas Correntes arrecadadas.

30. As Receitas Realizadas do I Trimestre podem ser visualizadas no Quadro 5 a seguir.

## Receitas Realizadas do 1º Trimestre

(valores em milhões de Kz)

RECEITAS	PREVISTA		REALIZADA		Taxa de Execução 2014	Taxa de Execução 2013	Variação Homóloga	Part. 2014
	2014 (1)	2013 (2)	2014 (3)	2013 (4)	$5 = (3/1) \cdot 100$	$6 = (4/2) \cdot 100$	$7 = [(4-3)/3] \cdot 100$	
Correntes	4.859.618	4.858.482	1.057.121	931.054	22%	19%	14%	81%
Petrolíferas	3.313.097	890.941	710.772	676.232	21%	76%	5%	54%
Diamantíferas	5.061	4.287	2.482	1.908	49%	45%	30%	0%
Outras Receitas Correntes	1.541.460	3.963.254	343.867	252.914	22%	6%	36%	26%
Capital	2.398.767	1.777.085	250.096	143.574	10%	8%	74%	19%
Alienações	1.644	1.841	235	436	14%	24%	-46%	0%
Financiamentos	1.706.257	1.215.920	166.388	522	10%	0%	31775%	13%
Outras Receitas de Capital	690.866	559.324	83.473	142.616	12%	25%	0%	6%
Totais	7.258.385	6.635.567	1.307.217	1.074.628	18%	16%	22%	100%

Quadro 5 Receitas Realizadas no 1º Trimestre

31. As Receitas Correntes realizadas durante o I Trimestre totalizaram Kz: 1.057.121 milhões, correspondendo a um nível de arrecadação de 22% em relação à previsão, tendo contribuído com 81% da receita total arrecadada em Kz: 1.307.217 milhões.

32. A execução orçamental corrente aponta uma receita corrente arrecadada superior em 14% em relação ao período homólogo, dando cobertura as despesas correntes em 100% e uma margem positiva de 14%.

33. A execução orçamental de capital demonstra que a receita de capital realizada representa 57% da despesa de capital executada, isto é, a receita de capital realizada no período em referência foi de Kz: 250.096 milhões, enquanto a despesa executada na referida categoria e período cifrou-se em Kz: 441.088 milhões e, em relação ao período homólogo há um aumento de 74%.

34. Quanto às Receitas de Capital, totalizaram Kz: 250.096 milhões, o que corresponde a um nível de arrecadação de 10%, tendo uma participação no total da receita de 19%.

35. Do total da Receita Arrecadada, destacam-se:

- a) A Receita Petrolífera que atingiu um nível de execução de 21% e uma contribuição de 54% em relação à Receita Total. Comparativamente ao período homólogo registou um aumento na ordem de 5%;
- b) As Outras Receitas Correntes, com um nível de arrecadação de 22%, e uma contribuição de 27% das receitas totais, sendo representadas por Multas e Outras Penalidades, Indemnizações e Restituições, Juros, Comissões e Bonificações e Outras Receitas;

c) As Receitas Diamantíferas arrecadadas atingiram um nível de arrecadação de 49% comparativamente ao período homólogo, houve um aumento de 30%, devido em grande parte ao aumento da produção, bem como do crescente interesse do mercado asiático em artigos de luxo centrados nas gemas angolanas;

d) As Receitas de Financiamento atingiram um nível de arrecadação de 10%, e uma contribuição de 13% do total das receitas;

e) As Outras Receitas de Capital atingiram um nível de arrecadação de 12%, e uma contribuição de 6% do total das receitas, sendo representadas pela Reversão de Resultados Anteriores.

36. A Receita não Petrolífera representa 46% da receita total arrecadada, constituída maioritariamente por Receita Tributária, Receita de Serviços, Financiamentos e Receitas diversas. Em relação a receita Tributária não Petrolífera, destacam-se os seguintes impostos:

- a) Imposto Industrial, com uma participação de 29%;
- b) Imposto de Rendimento do Trabalho, com 22%;
- c) Imposto sobre o Consumo, com 24%;
- d) Imposto de Selo, com 24%;
- e) Imposto sobre o Comércio Externo, com 29%;
- f) Imposto Predial Urbano, com 4%.

37. O Gráfico 6 evidencia o Peso da Receita realizada:

### Peso da Receita Realizada em relação ao Total da Receita

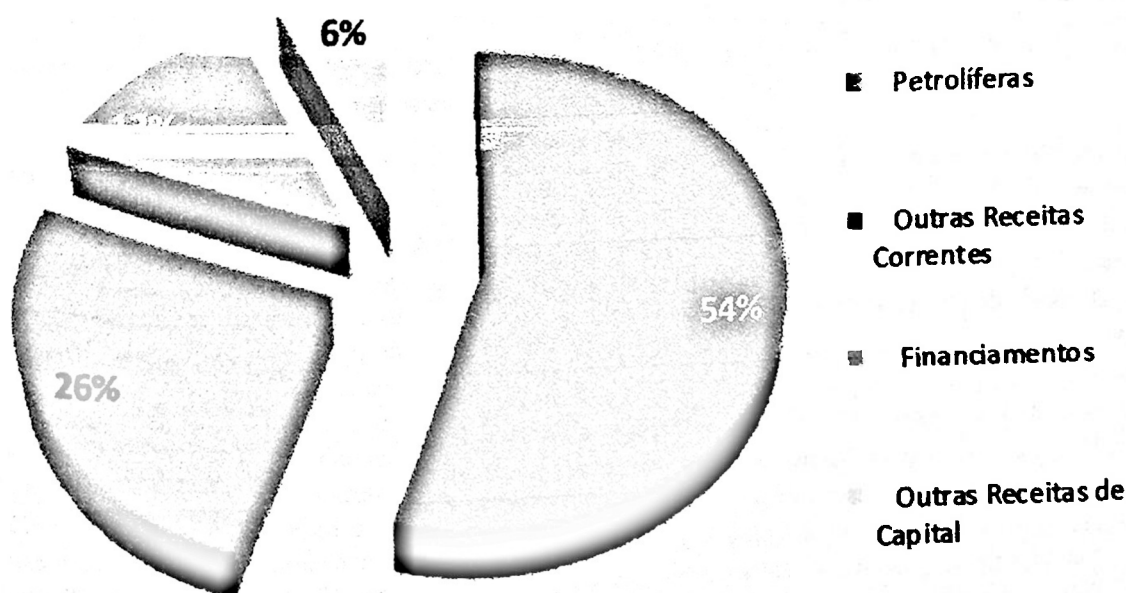


Gráfico 6 Receita Realizada no 1º Trimestre

38. O Gráfico 7 evidencia a evolução da receita no I Trimestre de 2013 e 2014:

**Evolução da Receita no 1º Trimestre**  
(Valores em Milhões de Kz)

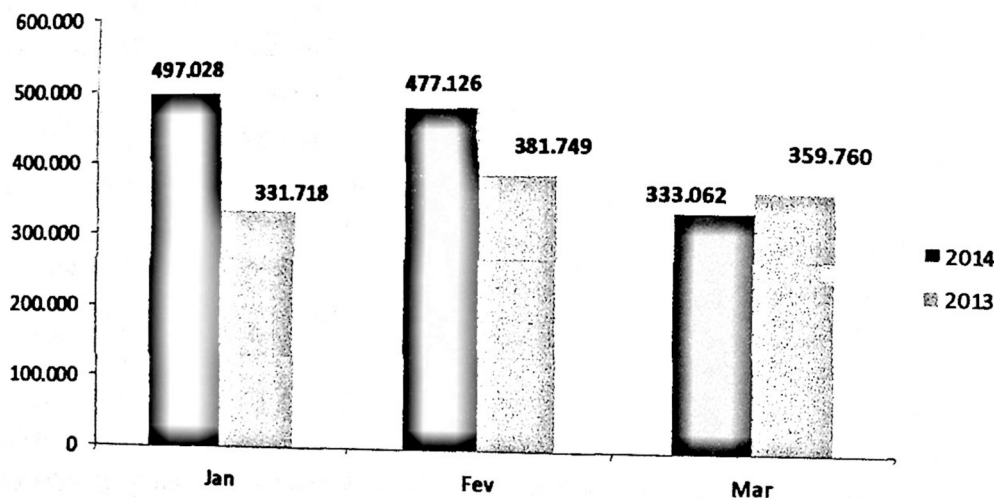


Gráfico 7 Evolução da Receita no 1º Trimestre

### 2.1.2. Despesas Realizadas

39. A Despesa Total realizada, incluindo a despesa do Instituto Nacional de Segurança Social, teve no I Trimestre uma execução de 19%, como se pode observar no Quadro 6.

**Despesas Realizadas no 1º Trimestre**  
(valores em milhões de Kz)

CATEGORIA ECONÓMICA	AUTORIZADA		REALIZADA		TAXA DE EXECUÇÃO 2014	TAXA DE EXECUÇÃO 2013	VARIAÇÃO (HOMÓLOGA)	PART. 2014
	2014 (1)	2013 (2)	2014 (3)	2013 (4)	(5) = (3)/(1) * 100	(6) = (4)/(2) * 100	(7) = (5)-(6) / (6)	(8)
<b>Correntes</b>	<b>3.904.943</b>	<b>3.888.783</b>	<b>929.278</b>	<b>624.521</b>	<b>24%</b>	<b>16%</b>	<b>49%</b>	<b>68%</b>
Pessoal e Contrib. Empreg.	1.370.091	1.321.588	272.647	251.181	20%	19%	9%	20%
Bens	435.660	564.508	89.901	54.794	21%	10%	54%	7%
Serviços	1.061.397	1.075.375	240.309	202.316	23%	19%	19%	18%
Juros da Dívida	127.577	99.826	18.959	16.498	15%	17%	15%	1%
Subsídios	603.781	576.113	218.935	36.356	36%	6%	502%	16%
Transferências Correntes	306.437	251.378	88.527	63.406	29%	25%	40%	6%
<b>Capital</b>	<b>3.309.850</b>	<b>2.711.083</b>	<b>441.088</b>	<b>169.098</b>	<b>13%</b>	<b>6%</b>	<b>161%</b>	<b>32%</b>
Investimentos	1.975.304	1.701.680	266.309	82.123	13%	5%	224%	19%
Transferências de Capital	58.246	1	0	0	0%	0%	0%	0%
Despesas de Capital Financeiro	1.136.633	1.009.367	174.779	86.915	15%	9%	101%	13%
Outras Desp. De Capital	139.667	35	0	60	0%	171%	0%	0%
Reserva Orçamental	43.592	35.701	0	0	0%	0%	0%	0%
<b>Totais</b>	<b>7.214.793</b>	<b>6.600.866</b>	<b>1.370.366</b>	<b>793.619</b>	<b>19%</b>	<b>12%</b>	<b>73%</b>	<b>100%</b>

Quadro 6 Despesas Realizadas no 1º Trimestre

40. As Despesas Correntes realizadas no I Trimestre, totalizaram de Kz: 929.278 milhões, correspondendo a uma execução de 24%, tendo uma participação de 68% no total das despesas.

41. As Despesas de Capital cifraram-se em Kz: 441.088 milhões, com um nível de execução de 13% e uma participação de 32% no total das despesas.

42. Do total da Despesa realizada, destacam-se:

a) A Despesa de Pessoal e Contribuições do Empregador que atingiu um nível de realização 20% e, uma participação de 20% em relação à Despesa Total. Comparativamente ao período homólogo de 2013 registou um aumento de 9%. Este aumento da despesa, justifica-se pelo aumento de postos de trabalho e uma maior oferta de Emprego da

sempre crescente força laboral do País quer do sector estatal como do privado;

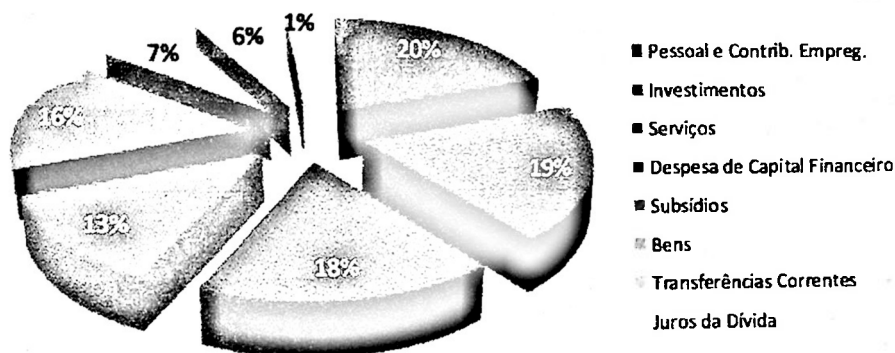
b) A Despesa de Serviços com um nível de realização de 23%, e uma contribuição de 18% nas despesas totais. Desta natureza de despesa, destacam-se as despesas com serviços de estudos, fiscalização e consultoria, ensino e formação, saúde, entre outras;

c) Os Investimentos realizados em Kz: 266.039 milhões, que corresponde a 13% da despesa realizada e tiveram uma contribuição de 19% sobre a Despesa Total, registando uma variação positiva em 224% comparativamente ao mesmo período do ano transacto. Esta natureza de despesa engloba a construção de imóveis, aquisição de equipamento e transportes, obras de reabilitação de imóveis, infra-estruturas e instalações;

d) A Despesa de Capital Financeiro apresentou 15% de execução e uma contribuição de 13% na Despesa Total. Estas despesas englobam para além do aumento da participação e outras aplicações financeiras, a amortização da dívida interna e externa a entidades e instituições internas e externas.

43. O Gráfico 8 evidencia o peso da participação na Despesa realizada em relação ao total da despesa no I Trimestre, sendo as despesas com o Pessoal e Contribuições do Empregador, Serviços, Investimentos e Despesas de Capital Financeiro as que mais se evidenciam com 20%, 18%, 19% e 13%, respectivamente.

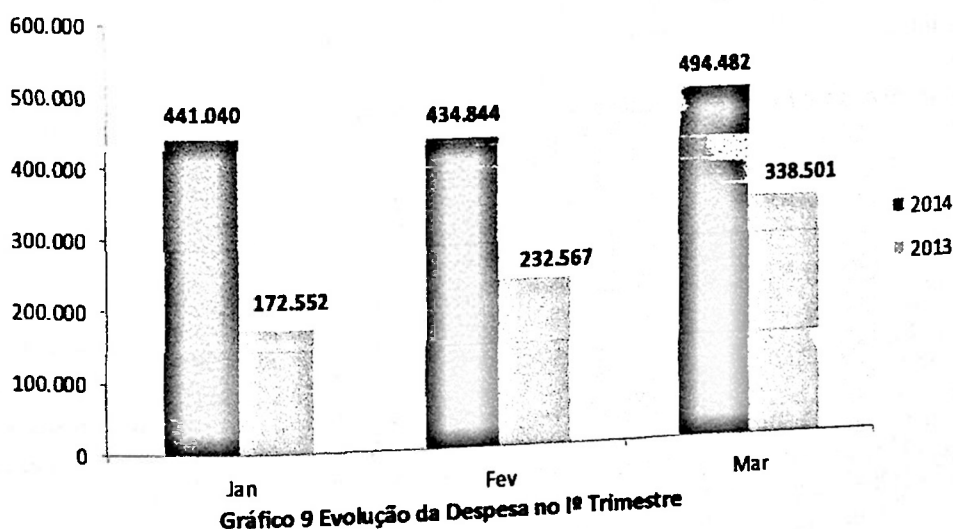
**Peso da despesa realizada em relação à execução no 1º Trimestre**



**Gráfico 8 Peso da Despesa Realizada no I Trimestre**

44. O Gráfico 9 evidencia a evolução da despesa no I Trimestre de 2013 e 2014:

**Evolução da Despesa no 1º Trimestre**  
(Valores em Milhões de KZ)



**Gráfico 9 Evolução da Despesa no 1º Trimestre**

#### 2.1.2.1. Análise da Despesa por Função

45. A Despesa Funcional, considerando os aspectos de realização do orçamento de cada área relativamente ao total previsto, teve o seguinte comportamento:

##### 2.1.2.1.1. Despesa Total por Função

46. O Quadro 7 demonstra que a despesa total por função realizada no I Trimestre, em termos sectoriais foi a seguinte:

a) Serviço Públicos Gerais teve uma execução 189.756 milhões que representa 12% do total da despesa realizada por função;

b) Sector Social com uma execução de 25%, que corresponde a uma realização de Kz: 551.577 milhões;

c) Kz: 382.253 milhões corresponde a execução realizada no Sector de Assuntos Económicos, cuja percentagem de realização é de 16%;

d) Quanto ao Sector de Defesa e Segurança, teve uma despesa realizada no valor de Kz: 246.777 milhões, que representa 41% de execução financeira.



**Despesa por Função no 1º Trimestre**  
(valores em milhões de Kz)

FUNÇÕES DO GOVERNO	AUTORIZADA		REALIZADA		TAXA DE EXECUÇÃO		VARIACÃO	
	2014 (A)	2013 (B)	2014 (C)	2013 (D)	2014 (E)=(C/A)*100	2013 (F)=(D/B)*100	2014 (G)=(E-F)*100	2013 (H)=(F-G)*100
Sector Social	2.223.961	2.229.485	551.577	245.027	25%	11%	125%	40%
Educação	447.327	586.345	96.610	91.847	22%	16%	5%	7%
Saúde	357.631	368.551	69.203	57.110	19%	15%	21%	5%
Protecção social	698.002	735.695	252.193	69.883	36%	9%	261%	18%
Habitacões e Serviços Comunitários	574.904	312.022	103.651	7.010	18%	2%	1379%	8%
Protecção Ambiental	58.143	140.994	9.856	8.261	17%	6%	19%	1%
Recreação, cultura E Religião	87.954	85.878	20.064	10.916	23%	13%	84%	1%
Assuntos Económicos	2.320.953	1.214.109	382.256	89.736	16%	7%	326%	28%
Agricultura, Silv., Pesca e caça	59.945	75.532	9.384	10.777	16%	14%	-13%	1%
Transportes	273.851	372.147	31.072	25.207	11%	7%	23%	2%
Combustíveis e Energia	297.935	344.196	42.834	22.227	14%	6%	93%	3%
Indústria Ext. Transf. e Construção	74.934	90.811	11.304	11.770	15%	13%	-4%	1%
Assuntos Ec. Gerais, Comerc. e Laborais	665.253	285.848	121.560	15.006	18%	5%	710%	9%
Operações de Dívida Pública	897.289	0	158.206	0	18%	0%	0%	12%
Comunicação e tecnol. da Informação	38.998	27.015	4.915	2.468	13%	9%	99%	0%
Investigação e Desenv. em Assunt. Econ.	1.971	801	112	291	6%	36%	-62%	0%
Outras Actividades Económicas	10.777	17.759	2.869	1.990	27%	11%	44%	0%
Defesa e Segurança	1.193.540	1.171.999	246.777	170.911	21%	29%	86%	18%
Defesa	672.060	588.547	149.374	96.968	22%	16%	54%	11%
Segurança e Ordem Pública	521.480	583.452	97.403	73.943	19%	13%	32%	7%
Serviços Públicos Gerais	1.519.930	2.019.974	189.756	287.945	12%	14%	-34%	14%
<b>Totais</b>	<b>7.258.384</b>	<b>6.635.567</b>	<b>1.370.366</b>	<b>793.619</b>	<b>19%</b>	<b>12%</b>	<b>73%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 7 Despesa por Função no 1º Trimestre**

47. Quanto ao peso da execução financeira que os sectores tiveram durante o I Trimestre sobre o total da despesa realizada, podemos destacar o Sector Social com 40%, o Sector dos Assuntos Económicos com 28%, e os Sectores da Defesa e Segurança e Serviços Públicos Gerais com 18% e 14%, respectivamente.

48. Fazem parte das despesas do Sector dos Serviços Públicos Gerais, a construção de infra-estruturas dos Órgãos da Administração Local do Estado, a título de exemplo construção e apetrechamento da Base Logística da Huíla, apetrechamento do novo edifício do Instituto Nacional de Estatística, reabilitação

de 6 Conservatórias de Luanda, construção e apetrechamento do centro de captação de imagem de satélite em Luanda, etc.

49. Destaque para o Sector Social com uma execução de Kz: 551.577 milhões, contribuindo com um peso de 40% na despesa total conforme ilustra o Gráfico 10, com realce para os investimentos realizados nos subsectores de Protecção Social com um desempenho de Kz: 252.193 milhões, Habitação e Serviços Comunitários com uma realização de Kz: 103.651 milhões, Educação com uma execução de Kz: 96.610 milhões e Saúde com Kz: 69.203 milhões.

**Peso da despesa por Função realizada em relação à execução no 1º Trimestre**



**Gráfico 10 Peso da Despesa por função**

**2.1.2.1.2. Despesa do PIP por Função**

50. No âmbito da Despesa Funcional por Projectos PIP, demonstrada no Quadro 8, destaca-se em termos de execução, o Sector Social com um grau de execução de 21%, fortemente influenciada pelos subsectores da Educação 20%, Saúde 22%, Protecção Social 11%, Recreação,

Cultura e Religião 23% e Habitação com 21%. Realce também para o Sector da Defesa e Segurança com 15% de grau de execução. O Sector dos Assuntos Económicos tiveram uma taxa de execução de 12%, com realce para os subsectores da Agricultura com 15% e Combustíveis e Energia com 14%.

### Despesas Realizada do PIP por Função (valores em milhões de Kz)

FUNÇÕES DO GOVERNO	AUTORIZADA		REALIZADA		TAXA DE EXECUÇÃO		VARIACÃO HOMÓLOGA	
	2014 (1)	2013 (2)	2014 (3)	2013 (4)	2014 (5)=[(3)/(1)]*100	2013 (6)=[(4)/(2)]*100	(7)=[(4)-(3)]/3	2014
Sector Social	672.136	585.998	138.669	23.114	21%	4%	500%	62%
Educação	72.622	57.489	14.341	4.535	20%	8%	216%	6%
Saúde	64.909	63.953	14.197	8.046	22%	13%	76%	6%
Recreação, Cultura e Religião	35.757	38.944	8.166	1.935	23%	5%	372%	4%
Protecção Social	9.222	18.459	1.003	974	11%	5%	3%	0%
Protecção Ambiental	15.527	98.587	704	1.003	21%	1%	-30%	0%
Habitacção e Serviços Comunitários	474.099	308.566	100.258	6.621	21%	2%	1414%	45%
Assuntos Económicos	526.676	663.943	63.337	27.513	12%	4%	130%	28%
Ass. Econ. Gerais, Com. e Laborais	24650	0	5540	0	0%	0%	0%	2%
Agricultura, Pescas e Ambiente	21.486	30.193	3.162	995	15%	3%	218%	1%
Combustíveis e Energia	188.862	248.332	25.814	2.991	14%	1%	763%	12%
Ind. Extract., Transf. e Constr.	23.213	20.401	267	1.260	1%	6%	-79%	0%
Transportes	238.527	332.917	25.103	20.276	11%	6%	24%	11%
Comunicações e Tec. de Informação	22.328	18771	1.916	841	9%	4%	128%	1%
Invest. e Desenv. Assuntos Econom.	990	182	112	0	11%	0%	0%	0%
Outras Actividades Económicas	6.620	13.147	1.423	1.150	21%	9%	24%	1%
Defesa e Segurança	82.311	81.237	12.375	4.529	15%	6%	173%	6%
Defesa	30.554	30.704	7.144	2.025	23%	7%	253%	3%
Segurança e Ordem Pública	51.757	50.533	5.231	2.504	10%	5%	109%	2%
Serviços Públicos Gerais	106.618	185.283	9.741	11.891	9%	6%	-18%	4%
Totais	1.387.741	1.516.461	224.122	67.047	16%	4%	234%	100%

Quadro 8 Despesa Realizada do PIP por Função

51. Quanto ao grau de participação dos sectores no total da despesa realizada, destaca-se o Sector Social com uma execução de Kz: 138.669 milhões e teve um peso de 62% no total da despesa. O desempenho deste Sector resulta da importância que o Executivo atribui à Habitação e Serviços

Comunitários, às instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, educação e de assistência social a crianças e idosos, conforme previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento.

52. O Gráfico 11 mostra a afectação da Despesa por Projectos PIP na óptica funcional:

### Peso da despesa realizada em relação à execução até 1º Trimestre – Óptica Funcional - PIP



Gráfico 11 Peso da Despesa Realizada no 1º Trimestre

### 2.1.3. Análise da Despesa e Receita por Província Receita e Despesa

53. Os valores de receita e despesa apresentados por província implicam que tenha sido prevista a sua execução nessa região por Unidades Orçamentais pertencentes a essa mesma região.

54. Os valores apresentados no item «Estrutura Central» incluem a execução orçamental de receitas e despesas realizadas pelos Órgãos da Administração Central, bem como aquelas

despesas que os aludidos Órgãos da Administração Central realizaram a nível das províncias.

55. No Quadro 9 apresentam-se os valores da Receita Prevista, Receita Arrecadada, Despesa Autorizada e Despesa Realizada por província, assim como a percentagem de execução durante o I Trimestre. A restante receita e despesa do Executivo está representada na Estrutura Central e Exterior.

Receita e despesa por província no 1º Trimestre de 2014

(valores em milhões de Kz)

Província	DESPESA				Saldo
	Arrecadada	Autorizada	Realizada	Execução	
Bengo	726	35 230	8 297	24%	-7 571
Benguela	9 472	90 069	20 656	23%	-11 184
Bié	149	62 495	14 729	24%	-14 580
Cabinda	3 954	52 982	12 905	24%	-8 951
Cuando Cubango	279	62 238	13 342	21%	-13 063
Cuanza Norte	856	31 604	6 734	21%	-5 878
Cuanza Sul	872	47 742	11 425	24%	-10 553
Cunene	3 743	36 854	7 561	21%	-3 817
Estrutura Central	1 005 692	6 144 018	1 128 378	18%	-122 686
Exterior	977	31 820	393	1%	584
Huambo	909	75 589	17 079	23%	-16 170
Huíla	2 069	70 881	16 347	23%	-14 278
Luanda	270 668	208 438	43 966	21%	226 703
Lunda Norte	113	37 794	8 714	23%	-8 602
Lunda Sul	428	34 673	7 344	21%	-6 916
Malange	316	50 354	10 666	21%	-10 349
Moxico	376	57 661	12 586	22%	-12 210
Namibe	2 494	33 550	7 643	23%	-5 149
Uíge	200	58 571	13 751	23%	-13 551
Zaire	2 925	35 824	7 850	22%	-4 925
TOTAL	1 307 217	7 258 385	1 370 366	19%	-63 149

Quadro 9 Receita e despesa por província no 1º Trim. de 2014

Fonte: SIGFE – Resumo Geral da Execução da Receita por Natureza – Província - 09-05-2014; MINFIN.

56. Verifica-se que a despesa realizada por província é superior à receita arrecadada em todas as províncias com excepção da Província de Luanda. Assim, percebe-se que a grande maioria dos investimentos a nível provincial são suportados largamente pelos recursos ordinários do Tesouro.

57. Para uma análise mais perceptível da execução da receita e despesa a nível provincial, a informação é apresentada do mapa de Angola.

Receita por Província

58. O Gráfico 12 ilustra a receita arrecadada em cada província no decorrer do I Trimestre de 2014.

Receita arrecadada por província no I Trimestre de 2014

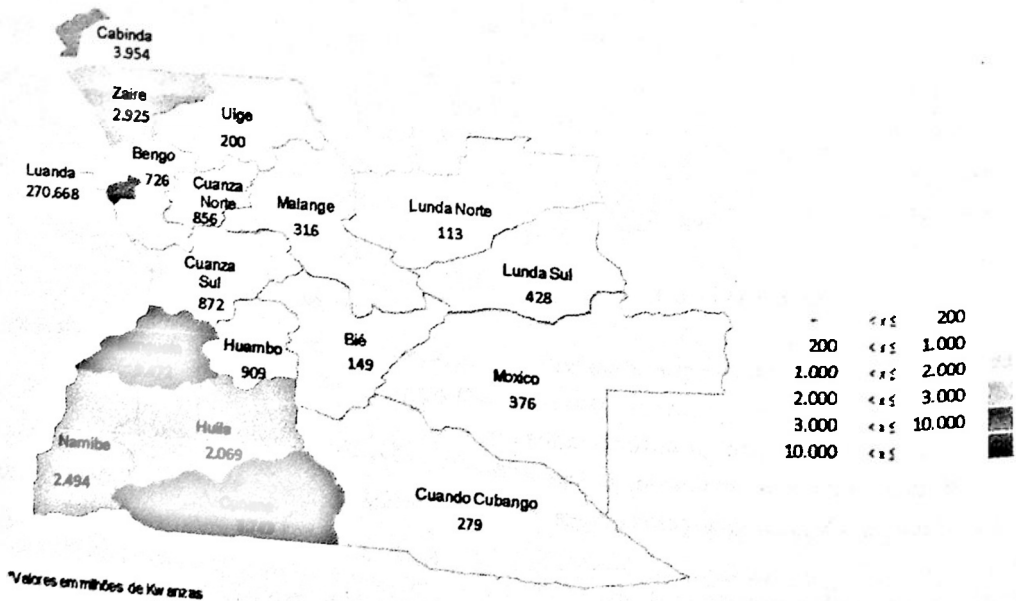


Gráfico 12 Receita arrecadada por província no 1º Trimestre de 2014

59. A Província de Luanda destaca-se das demais, apresentando um volume de receitas na ordem de Kz: 270.668 milhões e um grau de arrecadação de 147% comparativamente ao valor previsto, segue-se a Província de Benguela com um total de Kz: 9.472 milhões e um grau de execução de 190%.

60. Realce para as Províncias de Cabinda, Cunene, Zaire, Namibe e Huíla que apresentam um nível de arrecadação de receitas superiores a Kz: 2.000 milhões.

61. Por outro lado, as Províncias do Bié e Lunda-Norte apresentaram montantes arrecadados mais baixos, não ultrapassando os Kz: 250 milhões.

#### Despesa por Província

62. O Gráfico 13 demonstra a despesa realizada a nível das províncias durante o Trimestre em análise no valor de Kz: 241.595 milhões, representando 18% do total da despesa.

#### Despesa executada por província no I Trimestre de 2014

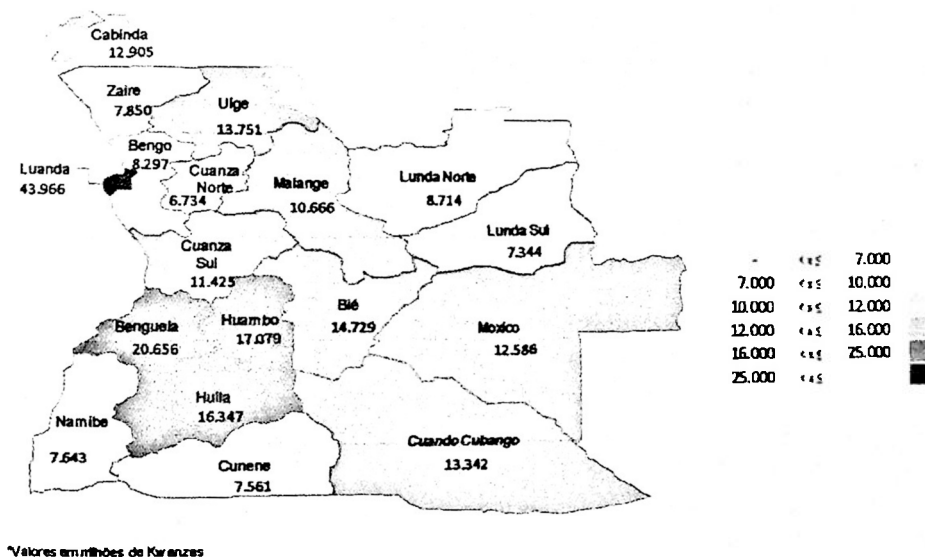


Gráfico 13 Despesa executada por província no 1º Trimestre de 2014

63. A Província de Luanda realizou despesas no montante de Kz: 43.966 milhões comparativamente ao valor autorizado, a sua execução situou-se em 21%. As Províncias de Benguela e Huambo realizaram despesas nos montantes de Kz: 20.656 milhões e Kz: 17.079 milhões respectivamente, apresentando um grau de execução financeira de 23%.

64. Destaque para as Províncias da Huíla, Cuando Cubango, Uíge, Cabinda e Moxico com um nível de realização de despesas superiores a Kz: 11.000 milhões.

65. O Gráfico 14 abaixo apresenta a percentagem de realização de despesa no decorrer do I Trimestre de 2014 em relação ao valor anual autorizado para cada província.

#### Execução da despesa por província no 1º Trimestre de 2014 (Taxa de Execução Efetiva)

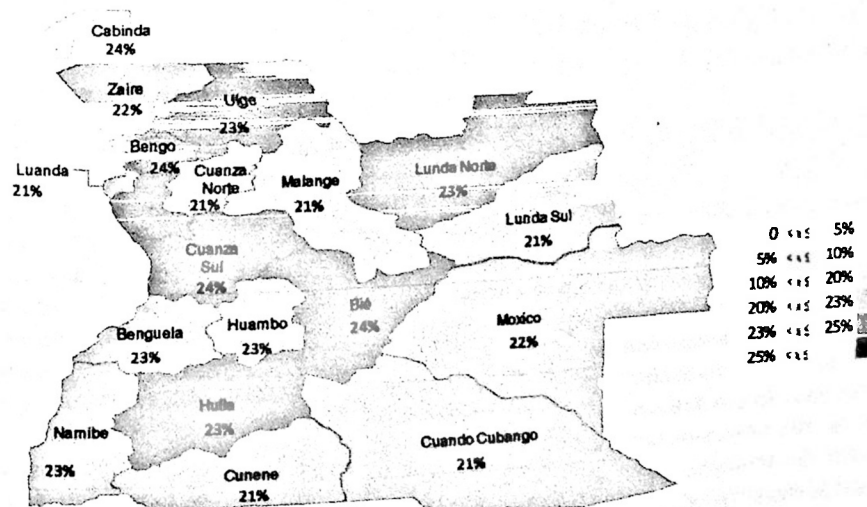


Gráfico 14 Execução da despesa por província no 1º Trimestre de 2014

66. Quanto ao grau de execução financeira das despesas a nível das províncias, destaca-se as Províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuanza-Sul com uma realização de 24%, situando-se acima da média.

### Balanço Financeiro

(valores em milhões de Kz)

RECEITAS	2014 (1)	2013 (2)	VARIACÃO HOMÓLOGA	DESPESAS	2014 (1)	2013 (2)	VARIACÃO HOMÓLOGA
Orçamentais	1.307.217	1.075.203	22%	Orçamentais	1.370.366	793.362	73%
Correntes	1.057.121	931.884	13%	Correntes	929.278	624.521	49%
Capital	250.096	143.319	75%	Capital	441.088	168.841	161%
Extra Orçamentais	1.668.410	502.119	232%	Extra Orçamentais	1.467.918	358.244	310%
Activos a Realizar-Ex. Anter	141.650	114.519	24%	Activos a Realizar-Ex. Actual	141.650	114.519	24%
Passivos a Pagar - Ex. Actual	758.152	210.588	260%	Passivos a Pagar - Ex. ANL	548.257	57.179	859%
Interferências Activas	745.003	156.892	375%	Interferências Passivas	719.944	156.892	359%
Mutações Activas	23.605	20.120	17%	Mutações Passivas	58.067	29.654	96%
Disponibilidades - Ex. Ant.	2.631.546	2.265.738	16%	Disponibilidades - Ex. Actual	2.768.889	2.691.454	3%
Em Moeda Nacional	1.883.328	1.980.118	-5%	Em Moeda Nacional	1.869.688	2.326.166	-20%
Em Moeda Estrangeira	748.218	285.620	162%	Em Moeda Estrangeira	899.201	365.288	146%
Total	5.607.173	3.848.060	46%	Total	5.607.173	3.848.060	46%

Quadro 10 Balanço Financeiro

68. Em relação a execução orçamental, o Balanço Financeiro aponta que a despesa orçamental foi coberta pela receita orçamental em 95%, significando que as receitas arrecadadas no período em Kz: 1.307.217 milhões, não conseguiram suportar as despesas realizadas de Kz: 1.370.366 milhões. Por outro lado, há um crescimento de 22% na receita e 73% na despesa em relação ao período homólogo de 2013.

69. No domínio da Receita Orçamental como parte do fluxo financeiro, devemos mencionar o valor da Reversão dos Exercícios Anteriores, na ordem de Kz: 83.473 milhões, sendo que reflecte o fluxo real em correspondência de Débitos e Créditos de Natureza Financeira, reflectindo assim de forma compensatória o fluxo financeiro pelas interferências activas e passivas.

70. A receita extra-orçamental realizada no valor de Kz: 1.668.410 milhões, que configura um acréscimo de 232% em relação ao período homólogo, confrontado com a despesa extra-orçamental executada no valor de Kz: 1.467.918 milhões, supera em 21%.

### Resultado Financeiro do Período

(valores em Milhões de Kz)

ESPECIFICAÇÃO	2014	2013	VARIACÃO HOMÓLOGA
Saldo das Disponibilidades do Exercício Anterior			
(+)Receitas Orçamentais(Corrente e Capital)	2.631.546	2.265.738	16%
(-)Despesas Orçamentais(Corrente e Capital)	1.307.217	1.075.203	22%
(+)Aumento dos Passivos	1.370.366	793.362	73%
(-) Saldo Interferências Activas	209.895	153.409	37%
(-) Saldo das Interferências Passivas	745.003	156.892	375%
(+) Diminuição dos Activos	719.944	156.892	359%
(+)Saldo das Mutações Activas	0	0	0%
(-)Saldo das Mutações Passivas	23.605	20.120	17%
(=) Saldo das Disponibilidades do Exercício Actual	58.067	29.654	96%
Resultado Financeiro Positivo	2.768.889	2.691.454	3%
	137.343	425.716	-68%

Quadro 11 Resultado Financeiro

### 2.2. Balanço Financeiro

67. O Balanço Financeiro, conforme Quadro 10, demonstra a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

71. O valor dos Passivos a Pagar do exercício actual de Kz: 548.256 milhões contempla o valor dos Restos a Pagar acumulados dos anos anteriores (2012 e 2013), no valor de Kz: 446.904 milhões, dos quais Kz: 219.082 milhões foram pagos, afectando as Contas de Disponibilidades do Exercício Anterior.

72. Em síntese, o que o Balanço Financeiro procura demonstrar o Resultado Financeiro do Exercício, ou seja, o fluxo líquido da movimentação dos recursos financeiros do exercício anterior para o actual.

#### 2.2.1. Resultado Financeiro

73. O Quadro 11 evidencia os Fluxos de Tesouraria e o Resultado Financeiro do período.

74. As receitas orçamentais e extra-orçamentais totalizam Kz: 2.935.973 milhões, enquanto as despesas orçamentais e extra-orçamentais estão cifradas em Kz: 2.716.600 milhões, registando-se um saldo positivo de Kz: 137.343 milhões. Comparado com o período homólogo de 2013, há um decréscimo de 68%.



## 2.2.2. Transacções com a Sonangol Concessionária - Receita Petrolífera e Despesas

75. Durante o período em referência, as exportações de Petróleo Bruto atingiu a média de 142,26 milhões de barris,

a um preço médio de USD 107. Assim, o valor declarado e devido pela Sonangol é de USD 4.741.000 milhões, após dedução do valor referente as Despesas Indispensáveis para a fiscalização das operações petrolíferas (Taxa de Supervisão).

### Receita Declarada

(valores em milhões de USD)

Período	Bbls Mensal	Bbls/Dia	Preço Venda	Valor Mensal	Taxa de Super. (7%)	Receita Declarada
Janeiro	14.350.151	462.908	107	1.534	98	1.436
Fevereiro	14.819.051	529.251	107	1.591	102	1.489
Março	18.448.444	595.112	105	1.943	126	1.817
<b>Total</b>	<b>47.617.646</b>	<b>1.587.271</b>	<b>107</b>	<b>5.068</b>	<b>326</b>	<b>4.742</b>

Quadro 12 Receita Declarada

76. As Despesas Pagas pela Concessionária, no domínio do fluxo real para aquisição de bens e serviços em nome do Estado, que posteriormente apresenta a documentação de suporte para o MINFIN, e ao mesmo tempo efectua a compensação na Receita Declarada, e a escrituração Orçamental, Financeira e Patrimonial. No período as respectivas despesas foram na ordem de USD 1.167 milhões de dólares.

### Despesas pagas pela Concessionária

(valores em milhões de USD)

Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total Geral
Despesas Em Bens e Serviços	17	443	11	471
Despesas de capital (Infra-estruturas)	496	192	8	696
<b>Total Geral</b>	<b>513</b>	<b>635</b>	<b>19</b>	<b>1.167</b>

Quadro 13 Despesas pagas pela SNL

77. No âmbito das Despesas pagas pela Concessionária nota-se um maior uso de recursos financeiros em Despesas com Infra-Estruturas Públicas, como o Programa Habitacional (Centralidades de Benguela, Cacuaco, Kilamba Kiayi e do Zango), bem como a Refinaria do Lobito e a Zona Económica Especial.

78. Nas relações com a Sonangol Concessionária existe o tratamento do Serviço da Dívida Externa, para amortizar os financiamentos concedidos, com os carregamentos de Petróleo, utilizando para o efeito as contas Escrows, que têm um valor disponível de USD 1.201.000 milhões.

### Carregamento de Petróleo

(valores em milhões de USD)

Período	Brasil	Israel	China Finance	Total
Janeiro	0	0	202	202
Fevereiro	97	100	301	498
Março	92	107	303	502
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>	<b>207</b>	<b>806</b>	<b>1.202</b>

Quadro 14 Carregamento de Petróleo

## 2.3. Balanço Patrimonial

79. O Balanço Patrimonial demonstra os activos e os Passivos do Estado.

## Balanço Patrimonial

(valores em Milhões de Kz)

ACTIVO	AUTORIZADA		VARIACÃO HOMÓLOGA	PASSIVO	REALIZADA		VARIACÃO HOMÓLOGA
	2014 (1)	2013 (2)			2014 (1)	2013 (2)	
Activo Circulante	3.644.074	4.531.882	-20%	Passivo Circulante	1.308.412	437.909	199%
Disponível	2.777.325	2.691.455	3%	Depósitos Exigíveis	6.848	3.830	79%
Disponível no País	1.878.123	2.326.167	-31%	Fornec. de Bens e Serviços	470.538	140.282	235%
Em Moeda Nacional	471.515	679.099	-15%	Pessoal a Pagar	3.899	2.692	45%
Em Moeda Estrangeira	1.406.608	1.647.068	-78%	Contrib. do Empreg. a Recolher	307	321	-4%
Disponível no Exterior	899.202	365.288	0%	Adiantamentos Recebidos	141.361	0	0%
Em Moeda Estrangeira	899.202	365.288	-78%	Dívida Pública em Proc. de Pagamento	78.074	28.807	171%
Créditos em Circulação	127.953	586.933	0%	Operações de Crédito	554.875	227.321	144%
Outros Créditos Tributários	96.191	0	0%	Dívida Interna	544.545	217.222	151%
Outros Activos Circulantes	0	0	-49%	Dívida Externa	10.330	10.099	2%
Valores Activos Pendentes	642.605	1.253.494	0%	Subsídios e Transfer. Conceder	32.979	13.021	153%
Realizável a Longo Prazo	281.944	201.496	0%	Outros Passivos Circulantes	19.395	699	0%
Instituições e Agentes Devedores	201.944	201.496	23%	Dívidas Exerc. Anterior	136	20.936	-99%
Activo Permanente	5.052.396	4.103.366	494%	Exigível de Longo Prazo	2.939.947	2.453.988	20%
Investimento de Nat. Financeira	237.397	39.983	18%	Operações de Crédito	2.608.335	2.135.499	22%
Imobilizado	4.814.999	4.063.383	5%	Dívida Interna	1.235.798	942.767	31%
Bens Móveis	552.747	525.789	20%	Dívida Externa	1.372.537	1.192.732	15%
Bens Imóveis	4.261.642	3.536.984	0%	Dívida Vinc. Antec. Ao Ano Anterior	331.612	318.489	4%
Activos Intangíveis	610	610	21%	Património Líquido	4.650.055	5.944.847	-22%
Total do Activo	8.696.471	8.635.248	0%	Resultado do Exercício	-500.770	592.345	
Contas de Ordem Activa			0%	Resultado Acumulado	5.150.825	5.352.502	
Outras Contas de Ordem Activa	178.922	178.922	0%	Total do Passivo	8.898.414	8.836.744	
				Contas de Ordem Passiva		178.922	
				Outras Contas de Ordem Passiva		178.922	
Total	9.077.336	9.015.666	1%	Total	9.077.336	9.015.666	1%

Quadro 15 Balanço Patrimonial

## 2.3.1. Análise das Contas do Activo

## Disponível

80. O Disponível, de Kz: 2.777.325 milhões, é formado pelas disponibilidades existentes no País, no montante de Kz: 1.878.123 milhões e no Exterior de Kz: 899.202 milhões.

81. Os valores pendentes activos num total de Kz: 642.605 milhões são constituídos por Kz: 411.918 milhões de despesas pagas a depurar, Kz: 141.650 de despesas a regularizar e Kz: 89.037 milhões de outros valores pendentes realizáveis.

82. O Activo Permanente no valor de Kz: 5.052.396 milhões, constituído por Investimentos de Natureza Financeira no valor de Kz: 237.396 milhões, e do Imobilizado no valor de Kz: 4.815.000 milhões, que corresponde 57% do activo total. Em relação ao mesmo período do anterior há um acréscimo de 10%.

## 2.3.2. Análise das Contas do Passivo

83. No trimestre em referência, o Passivo Circulante ascendeu a Kz: 1.308.412 milhões o que equivale a uma variação positiva em 199% face ao mesmo período do ano transacto resultante de um aumento em Fornecimento de Bens e Serviços e as Operações de Crédito.

## Operações de Crédito de Curto Prazo

(valores em Milhões de Kz)

TIPO DE FORMALIZAÇÃO	2014			2013			VARIACÃO HOMÓLOGA
	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	
Contratos	48.520	10.330	58.850	131.720	10.098	141.818	-59%
Títulos	341.614	0	341.614	85.502	0	85.502	300%
TOTAL	390.134	10.330	400.464	217.222	10.098	227.320	76%

Quadro 16 Operações de Crédito de Curto Prazo

88. Relativamente ao período homólogo de 2013, houve um aumento de 76% no saldo da Dívida de Curto Prazo.

89. As Operações de Crédito de Longo Prazo no valor de Kz: 2.949.118 milhões, é composta de Kz: 1.235.797 milhões ao nível interno e Kz: 1.713.321 milhões ao nível externo, também constituída por contratos e títulos, conforme Quadro 17.

### Operações de Crédito de Longo Prazo

(valores em Milhões de Kz)

FORMALIZAÇÃO	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	HOMÓLOGO
Contratos	10.595	1.713.321	1.723.916	8.828	1.192.732	1.201.560	43%
Títulos	1.225.202	0	1.225.202	933.939	0	933.939	31%
<b>TOTAL</b>	<b>1.235.797</b>	<b>1.713.321</b>	<b>2.949.118</b>	<b>942.767</b>	<b>1.192.732</b>	<b>2.135.499</b>	<b>38%</b>

**Quadro 17 Operações de Crédito de Longo Prazo**

90. Relativamente ao período homólogo de 2013, houve um aumento de 27% no saldo da Dívida de Longo Prazo.

91. O total da Dívida Interna de Curto e Longo Prazo é de Kz: 1.625.931 milhões e da Dívida externa (curto e longo prazo) é de Kz: 1.723.651 milhões, totalizando Kz: 3.349.582 milhões, conforme Quadro 18.

### Operações de Crédito Total

(valores em Milhões de Kz)

FORMALIZAÇÃO	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	HOMÓLOGO
Operações de Curto Prazo	390.134	10.330	400.464	217.222	10.098	227.320	76%
Operações de Longo Prazo	1.235.797	1.713.321	2.949.118	942.767	1.192.732	2.135.499	38%
<b>TOTAL</b>	<b>1.625.931</b>	<b>1.723.651</b>	<b>3.349.582</b>	<b>1.159.989</b>	<b>1.202.830</b>	<b>2.362.819</b>	<b>42%</b>

**Quadro 18 Operações de Crédito Total**

92. Relativamente ao período homólogo de 2013 houve uma variação positiva de 42% na dívida total.

93. A Dívida Interna Titulada compreende os Bilhetes do Tesouro, as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional e as Obrigações do Tesouro em Moeda Externa. As emissões deste título realizadas ao longo do I Trimestre de 2014 foram de Kz: 139.151 milhões, distribuídos pelas maturidades de 91 dias (13,82%), 182 dias (22,81%) e 364 dias (63,36%), cerca de 112% acima do programado.

94. Relativamente as Obrigações do Tesouro, o valor realizado até ao final do I Trimestre foi de Kz: 56.147 milhões, cerca de 52% aquém do valor projectado no (Plano Anual de Endividamento) PAE e repartido pelas maturidades de 2, 3, 4 e 5 anos.

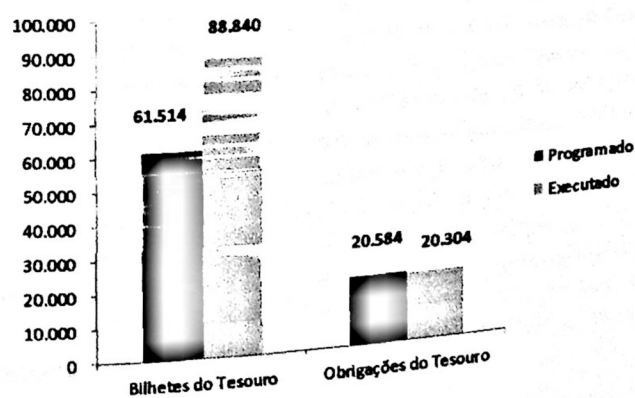
95. O Plano Anual de Endividamento de 2014 previa que o serviço da dívida interna titulada até ao I Trimestre

se aproximaria de Kz: 82.099 milhões, dos quais cerca de Kz: 61.514 milhões seriam referentes aos resgates de principal e juros dos Bilhetes do Tesouro e Kz: 20.584 milhões decorreriam do pagamento de principal e juros de Obrigações do Tesouro.

96. O serviço da dívida dos Bilhetes do Tesouro executado no período indica que foram efectuados pagamentos de Kz: 88.840 milhões, cerca de 44% acima do montante previsto, dos quais Kz: 63.330 milhões são referentes ao pagamento de capital (71,29%) e Kz: 25.510 milhões ao pagamento de juros (28,71%).

97. Relativamente às Obrigações do Tesouro, o serviço da dívida cifrou-se em Kz: 20.304 milhões, quando o volume programado era de Kz: 20.584 milhões, o que representa uma diferença inferior à 1%. O gráfico abaixo detalha esta informação.

**Serviço da Dívida interna Titulada no I Trimestre**  
(valores em Milhões de Kz)



**Gráfico 15 Serviço da Dívida Interna Titulada no I Trimestre**

## 2.4. Resultado Patrimonial

98. O saldo apurado da conta do Património Líquido no valor de Kz: 5.864.678 milhões representa os fluxos a partir de 2004, ano de entrada em funcionamento do Sistema Contabilístico do Estado.

### Resultado Patrimonial

(valores em Milhões de Kz)

ESPECIFICAÇÃO	2014	2013	%
Receitas Orçamentais (Correntes e Capital)	1.307.217	1.075.203	22%
(-) Despesas Orçamentais (Correntes e Capital)	1.370.366	793.363	73%
<b>Resultado Orçamental (Déficit)</b>	<b>-63.149</b>	<b>281.840</b>	<b>-122%</b>
(+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais	263.828	112.838	134%
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Orçamentais	564.578	930.764	-39%
(+) Interferências Activas Extra Orçamentais	284.286	0	0%
(+) Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais	1.525.936	1.128.432	35%
(-) Interferências Passivas Extra Orçamentais	259.227	0	0%
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais	1.687.866	0	0%
<b>(=) Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>-500.770</b>	<b>592.346</b>	<b>-185%</b>

### Quadro 19 Resultado Patrimonial

101. Cabe destacar neste contexto, que a utilização das contas das Interferências Activas e Passivas e das Mutações Patrimoniais Activas e Passivas decorre da obrigatoriedade de se registar contabilisticamente a execução do orçamento (conforme o que dispõe a Lei Quadro do OGE). Este registo contabilístico se constitui no fundamento básico da contabilidade

pública e se caracteriza na principal diferença em relação aos fundamentos da contabilidade aplicada ao sector empresarial, que não está sujeita a contabilização orçamental.

### 2.5. Fluxos Financeiros dos Fundos

102. No Quadro 20, destacam-se as transferências mais significativas efectuadas a diversos fundos:

### Transferências de Valores para Fundos

(valores em Milhões de Kz)

FUNDOS	SALDO ANTERIOR 2013	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL 1º trimestre 2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento	248.104	14.777	0	262.881
Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA)	6.790	0	303	6.487
Linhas de Crédito Bonificadas (MINEC)	4.248	0	662	3.586
Fundo de Garantia de Crédito	15.105	404	173	15.336
Fundo Soberano de Angola	3.135	92	826	2.401
<b>Total</b>	<b>277.382</b>	<b>15.273</b>	<b>1.964</b>	<b>290.691</b>

### Quadro 20 Transferência Para Fundos

103. O Fundo Nacional de Desenvolvimento é uma conta registada no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), como depósito de fundos do Tesouro Nacional, suplementares ao capital do Banco de Desenvolvimento de Angola. Durante o I Trimestre foi transferido para o Fundo Kz: 14.777 milhões, resultando num saldo acumulado de Kz: 262.881 milhões.

104. Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) é um fundo público de capital de risco focado em apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), na criação, inovação e expansão dos seus negócios. Foi aprovado uma capitalização de Kz: 24.075 milhões até ao final do I Trimestre de 2014, transferido o montante de Kz: 6.820 milhões.

105. A linha de Crédito Bonificado é um fundo que surgiu com aprovação do programa Angola Investe no apoio as MPME e facilitação de acesso ao crédito de investimento com juros bonificados. Desde a sua criação em 2012, já foram capitalizados o montante de USD 75 milhões.

106. O Fundo de Garantia de Crédito foi criado também em 2012, com um capital inicial de Kz: 20.000 milhões para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos agentes económicos no âmbito do mecanismo de garantia públicas e servir de contragarantias às garantias prestadas, que se destinaram a cobrir as obrigações dos beneficiários de crédito enquadrados no Programa Angola Investe. Durante o I Trimestre foram recebidos 35 pedidos de garantias, aprovadas 17 garantias, num total de Kz: 2.160 milhões. O valor global da carteira de garantia é de Kz: 15.840 milhões.

107. O FSDEA, criado em 2011 como uma reserva estratégica de investimento em infra-estrutura, começou a sua actividade no II Trimestre de 2012. Do valor inicialmente aprovado para o Fundo, foram disponibilizados o montante de Kz: 3.659 milhões, que se encontram sob custódia em Bancos no exterior do País em aplicações financeiras essencialmente de curto prazo, nesta fase inicial.



EXPLICATIVO DAS CONTAS DE INTERFERÊNCIAS E MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ACTIVAS	
INTERFERÊNCIAS ACTIVAS E PASSIVAS	<b>ORÇAMENTAL</b> Referem-se as operações de carácter financeiro que envolvem mais de um Órgão Dependente, tais como as operações das linhas de crédito, nas quais a despesa ou a receita orçamental está prevista num OD e a gestão da respectiva dívida em outro OD. Entretanto, os valores se anulam contabilisticamente em cada operação por serem iguais. Isso se dá em função do SIGFE contabilizar simultaneamente os factos contabilísticos em todas Unidades afectadas por tais facto.
	<b>EXTRA ORÇAMENTAL</b> Esse grupo serve também para registar eventuais ajustes de saldos de natureza financeira ainda não incorporados ao SIGFE e detectados ao longo do exercício. Tais saldos não anulam entre si, por serem tratados de forma individual ao nível de cada OD.
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ACTIVAS (referem-se aos reflexos dos registos contabilísticos dos factos que provocam variação positiva nos activos e passivos e podem ser de natureza orçamental e extra-orçamental)	<b>ORÇAMENTAL</b> Quando estão no contexto da execução orçamental, por exemplo a aquisição de bens de capital ou a amortização de obrigações previstas no orçamento. Nessa condição, há uma variação patrimonial positiva pelo registo da incorporação dos componentes do activo ou pela baixa dos passivos via extinção da obrigação. Assim é feito o registo contabilístico no grupo das mutações activas para compensar o valor lançado como despesa orçamental, sem afectar o resultado patrimonial do exercício por uma despesa que é exclusivamente orçamental.
	<b>EXTRA ORÇAMENTAL</b> Quando não estão no contexto da execução orçamental, por exemplo a incorporação de bens de capital ou a baixa das obrigações não previstas no orçamento, tais como o recebimento de um bem como doação ou o cancelamento de uma obrigação. Assim é feito o registo contabilístico nesse grupo e por consequência afecta somente o resultado patrimonial do exercício.
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS (referem-se aos reflexos dos registos contabilísticos dos factos que provocam variação negativa nos activos e passivos e podem ser de natureza orçamental e extra-orçamental)	<b>ORÇAMENTAL</b> Quando estão no contexto da execução orçamental da receita, por exemplo, a alienação de bens de capital ou a contratação de obrigações previstas no orçamento. Nessa condição, há uma variação patrimonial negativa pelo registo do abate dos componentes do activo ou pela incorporação de passivos. Assim é feito o registo contabilístico no grupo das mutações passivas para compensar o valor lançado como receita orçamental sem afectar o resultado patrimonial do exercício, por uma receita que exclusivamente orçamental.
	<b>EXTRA ORÇAMENTAL</b> Quando não estão no contexto de execução orçamental, por exemplo, o abate de bens de capital ou a incorporação de obrigações não previstas no orçamento, tais como a concessão de um bem a título de doação ou a recuperação de uma obrigação anteriormente cancelada. Assim é feito o registo contabilístico nesse grupo e por consequência afecta somente o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 21 Quadro Explicativo de Interferências e Mutações Passivas e activas

## 3. Relação dos Anexos

- 3.1. Execução da Receita por Fonte de Recurso
- 3.2. Execução da Receita por Fonte de Recurso
- 3.3. Execução da Despesa por Natureza
- 3.4. Execução da Despesa por Função
- 3.5. Execução da Despesa por Programa
- 3.6. Execução da Despesa por Unidade Orçamental
- 3.7. Execução da Receita por Natureza - Província
- 3.8. Execução da Despesa por Função e Projecto PIP

## 4. Glossário

A)

**Activo Circulante** — Disponibilidades de numerário, recursos a receber, antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em

circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.

**Activo Patrimonial** — Conjunto de valores e créditos que pertencem a uma entidade.

**Activo Permanente** — Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

**Activo Realizável a Longo Prazo** — Direitos realizáveis normalmente após o término do exercício seguinte.

**Actividades Permanentes** — Componente do orçamento de funcionamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela.

**Ajuste Orçamental** — Designa alterações às dotações inicialmente inscritas no OGE.



*ARO* — Antecipação de Receitas Orçamentais.

B)

*Balanço* — Demonstrativo contabilístico que apresenta, num dado momento, a situação do património da entidade pública.

*Balanço Financeiro* — demonstrará a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com os saldo em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

*Balanço Patrimonial* — O balanço patrimonial é uma demonstração contabilística que tem por finalidade apresentar a posição contabilística financeira e económica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática (posição ou situação do património em determinada data).

*Balanço Orçamental* — é a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

*Balancete* — É um instrumento para verificar se os lançamentos contabilísticos realizados no período estão correctos. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detectará toda amplitude de erros que possam existir, nos lançamentos contabilísticos.

C)

*Cabimentação* — É o acto emanado pela autoridade competente que consiste em se deduzir do saldo de determinada dotação do orçamento a parcela necessária a realização da despesa aprovada e que assegura ao fornecedor que o bem ou serviço é pago, desde que observadas as condições acordadas.

*Categoria Económica* — Elemento agregador de naturezas de receita/despesa com o mesmo objecto.

*Classificação Funcional* — Classificação da despesa de acordo com a área de acção governamental que ela permite atingir.

*Classificado das Contas Públicas* — Agrupamento das contas públicas segundo a extensão e compreensão dos respectivos termos. Extensão de um termo é o conjunto dos indivíduos ou objectos designados por ele; compreensão desse mesmo termo é o conjunto das qualidades que ele significa, segundo a lógica formal. Qualquer sistema de classificação, independentemente do seu âmbito de actuação (receita ou despesa), constitui instrumento de planeamento, tomada de decisões, comunicação e controlo.

D)

*Défi ce Orçamental/Défi ce* — Considera-se défi ce orçamental quando o saldo orçamental é negativo, isto é, as despesas superam as receitas públicas.

*Despesa Cabimentada* — Corresponde ao total da despesa para o qual existe nota de cabimentação emitida. Sendo que por cabimentação da despesa se deve entender o acto pelo qual autoridade competente deduz do saldo de determinada dotação

do orçamento a parcela necessária à realização da despesa aprovada.

*Despesas Correntes* — Classificam-se aqui as despesas ligadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como transferências com igual propósito. Enquadram-se aqui as despesas de carácter operacional, decorrentes das acções desenvolvidas pelo organismo no cumprimento de sua missão institucional, como por exemplo, pagamento de pessoal e as contribuições do empregador, a aquisição de materiais de uso corrente (bens) e a contratação de serviços para o funcionamento do organismo ou ainda as transferências a serem utilizadas, pelo organismo destinatário, em despesas desta natureza.

*Despesa de Capital* — Despesas destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou constituição de reservas, bem como transferências efectuadas com igual propósito.

*Despesa Liquidadas* — Corresponde ao total da despesa para com o qual se procedeu já à verificação do direito do credor, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

*Demonstração da Variação Patrimonial* — Evidenciará as alterações verificadas no património, resultantes ou independentes da execução orçamental, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E)

*Execução Financeira* — Utilização dos recursos financeiros visando atender à realização dos subprojectos e/ou subactividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

*Exercício Financeiro* — Período que corresponde à execução orçamental e coincide com o ano civil.

*Execução Orçamental das Despesa* — Utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e nos créditos adicionais, visando à realização dos subprojectos/subactividades atribuídos às unidades orçamentárias.

F)

*Fonte de Recurso* — A Fonte de recurso identifica quer a origem quer o destino das receitas. A mesma classificação quando utilizada para caracterizar as despesas, visa identificar a origem dos recursos que suportam as mesmas.

*Função do Estado* — Classifica as despesas de acordo com a área da sociedade que a acção governamental pretende atingir.

L)

*Liquidação da Despesa* — É a verificação do direito do credor, fase em que a dívida é efectivamente assumida, com base nos títulos e documentos comprovativos do respectivo crédito.

N)

*Natureza* — Classificação da receita/despesa de acordo com a natureza económica da mesma, identificando claramente o objecto da receita/despesa.

*Nota de Lançamento* — Permite registar eventos contabilísticos não vinculados a documentos específicos (SIGFE).

- O) *Orçamento Ajustado* — Créditos orçamentais que reflectem os ajustes efectuados ao Orçamento Inicial.
- Orçamento Aprovado/Inicial* — Créditos iniciais aprovados pela Assembleia Nacional e instituídos pela Lei Orçamental.
- Orçamento de Funcionamento* — Componente do Orçamento referente à actividade básica dos órgãos que integram a Administração do Estado ou estejam sob a sua tutela, bem como projectos e programas específicos que não se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP).
- Órgão Dependente (OD)* — Unidade administrativa dos órgãos ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos ou a segurança social, que constituem as unidades orçamentais.
- Órgão do Governo* — São os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, órgãos sectoriais e não sectoriais através dos quais o Estado cumpre as atribuições definidas na Constituição.
- Órgãos de Soberania* — São órgãos de soberania o Presidente da República, Assembleia Nacional e os Tribunais. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.
- Ordem de Saque* — É um instrumento de pagamento de utilização exclusiva do Estado, que possibilita a realização da fase de pagamento da despesa pública.
- P) *Passivo Circulante* — Depósitos, restos a pagar, antecipações de receita, bem como outras obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte.
- Património Líquido* — Capital autorizado, as reservas de capital e outras que forem definidas, bem como o resultado acumulado e não destinado.
- Património Público* — Conjunto de bens à disposição da colectividade.
- Programa de Investimentos Públicos (PIP)* — Programa de investimento com vista à criação, reabilitação, ampliação, manutenção ou renovação das capacidades de prestação de serviços e fornecimento de bens pela Administração Pública Directa ou pela Administração Pública Indirecta do Estado. Não se integram no conceito de investimento público os gastos de natureza corrente aplicados à manutenção e reparações normais e cíclicas dos empreendimentos.
- Programa Específico* — Programa que traduz uma prioridade do Governo, definido em âmbito e em tempo de execução, mas que apesar de não

constituir actividade básica da Unidade Orçamental não integra o Programa de Investimentos Públicos.

*Proposta Orçamental (N+1)* — Valor da proposta de orçamento para o ano N+1, registada no SIGFE.

- R) *Receita Ajustada* — Previsão de receita que reflecte a revisão da receita inicialmente estimada.
- Receita de Capital* — Refere-se às receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos.
- Receita Corrente* — Refere-se às receitas que se renovam em todos os períodos financeiros, designadamente receitas tributárias, patrimoniais, de serviços ou ainda transferências recebidas.
- Receita Inicial* — Previsão de receita aprovada pela Assembleia Nacional.
- Restos a Pagar* — As despesas cabimentadas, liquidadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro, após devidamente reconhecidas pela autoridade competente.
- S) *Saldo Corrente* — Representa o valor da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.
- Saldo de Capital* — Representa o valor da diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.
- Saldo Orçamental* — Representa o valor da diferença entre receitas do Estado e despesas do Estado.
- Superavit Orçamental* — Considera-se superavit orçamental quando o saldo orçamental é positivo, isto é, quando as receitas superam as despesas públicas.
- T) *Taxa de Execução (Projecção Linear)* — Indicador, em percentagem, do resultado da taxa de execução para o presente exercício económico tomando por referência a projecção linear da Despesa Paga.
- Taxa de Execução Efectiva (Despesa Liquidada)* — Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa liquidada no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.
- Taxa de Execução Efectiva (Despesa Paga)* — Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a despesa paga no período em análise, para uma dada rubrica de despesa e o orçamento inicial.
- Taxa de Execução Efectiva da Receita* — Indicador, em percentagem, resultante da relação entre a receita arrecadada no período em análise, para uma dada rubrica de receita e a previsão inicial.

*Taxa de Execução Padrão* — Indicador, em percentagem, que apresenta a taxa de execução esperada para o período em análise tomando por hipótese uma execução linear.

U)

*Unidade Orçamental (UO)* — Órgão do Estado ou da Autarquia, ou o conjunto de órgãos, ou de serviços da Administração do Estado ou da Administração Autárquica, fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a segurança social a quem foram consignadas dotações orçamentais próprias.

V)

*Variação Homóloga* — Variação relativa (em valor percentual) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.

## TRIBUNAL SUPREMO

Resolução n.º 1/14  
de 29 de Agosto

Aprovada a Lei Orgânica do Tribunal Supremo para dar corpo a imperativos constitucionais, urge a criação dos instrumentos necessários e capazes a ver concretizados e de forma regrada a composição, organização, competência e o funcionamento do Tribunal Supremo, objectivando o melhor cumprimento do estabelecido na lei.

Assim, o Plenário do Tribunal Supremo, reunido em Sessão de 22 de Agosto, em conformidade com os artigos 1.º, 22.º e 39.º da Lei n.º 13/11, de 18 de Março, deliberou aprovar e mandar publicar, em *Diário da República*, o Regulamento anexo que faz parte integrante da presente Resolução.

Luanda, 22 de Agosto de 2014.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Cristiano André*.

### REGULAMENTO DA LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL SUPREMO

#### CAPÍTULO I

#### Organização e Funcionamento dos Serviços do Tribunal Supremo

##### SECÇÃO I Disposições Gerais

##### ARTIGO 1.º (Âmbito)

O presente Diploma define a organização dos serviços do Tribunal Supremo.

##### ARTIGO 2.º (Composição e Órgãos)

O Tribunal Supremo é constituído pelo Presidente, Vice-Presidente e 19 Juizes, integrando os seguintes Órgãos:

- O Presidente;
- O Plenário;
- As Câmaras.

#### SECÇÃO II Do Presidente

##### ARTIGO 3.º

##### (Competências do Presidente)

Cabe ao Presidente do Tribunal Supremo:

- Representar e dirigir o Tribunal Supremo;
- Preparar, convocar e presidir as sessões do Plenário do Tribunal Supremo, apresentando propostas de directrizes, projectos de plano e o relatório anual da actividade e executar as respectivas deliberações;
- Propor a eleição dos Juizes Presidentes das Câmaras e Secções;
- Propor o número e distribuição dos Juizes Conselheiros pelas Câmaras e Secções;
- Presidir as sessões das Câmaras e Secções, sempre que o entenda conveniente, sem direito a voto;
- Nomear e conferir posse aos Secretários, aos Escrivães e aos demais funcionários do Tribunal Supremo;
- Orientar, superiormente, os serviços da Secretaria Judicial;
- Supervisionar a actividade do Secretário Geral;
- Tomar conhecimento de qualquer processo pendente ou findo em qualquer Tribunal;
- Gerir o orçamento e administrar o património do Tribunal;
- Exercer acção disciplinar sobre os funcionários administrativos e Oficiais de Justiça;
- Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por lei.

#### Vice-Presidente

##### ARTIGO 4.º

##### (Competências do Vice-Presidente)

- O Vice-Presidente é coadjutor do Presidente do Tribunal Supremo.
- O Vice-Presidente é o substituto legal do Presidente nas suas ausências e impedimentos e exerce todas as atribuições que lhe forem delegadas por este.

#### CAPÍTULO II

#### Actividade Jurisdiccional

##### SECÇÃO III Plenário

##### ARTIGO 5.º

##### (Competências do Plenário)

Compete ao Plenário do Tribunal Supremo:

- Julgar os recursos interpostos de decisões proferidas pelas Câmaras quando estas julguem em Primeira Instância;
- Uniformizar a jurisprudência nos termos da lei do processo;
- Conhecer os conflitos de competência entre as Câmaras;

- d) Julgar os recursos de revisão e cassação interpostos, nos termos da Lei do Processo das decisões proferidas pelas Câmaras e ordenar a suspensão da sua execução;
- e) Conhecer o pedido de extradição de cidadãos estrangeiros;
- f) Julgar os recursos das decisões disciplinares proferidas pelo Presidente do Tribunal Supremo, a respeito dos funcionários;
- g) Fixar o número e distribuir os Juizes Conselheiros pelas Câmaras e Sessões;
- h) Eleger os Presidentes das Câmaras e Secções;
- i) Elaborar os regulamentos internos indispensáveis ao melhor funcionamento dos serviços;
- j) Aprovar a proposta de orçamento do Tribunal;
- k) Definir o quadro do pessoal judicial e administrativo do próprio Tribunal;
- l) Aprovar os regulamentos sobre a organização e funcionamento dos serviços de apoio necessários à actividade judicial e administrativa;
- m) Ser ouvido quanto à nomeação do Secretário Geral;
- n) Exercer as demais atribuições que a lei lhe conferir.

**ARTIGO 6.º**  
(Quórum)

O Plenário só poderá funcionar com a presença da maioria absoluta dos Juizes em efectividade de funções.

**CAPÍTULO III**  
**Câmaras do Tribunal Supremo**

**SECÇÃO IV**  
**Câmaras**

**ARTIGO 7.º**  
(Estrutura)

O Tribunal Supremo é integrado pelas seguintes Câmaras:

- a) Câmara Criminal;
- b) Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro;
- c) Câmara do Trabalho;
- d) Câmara da Família, Sucessões e Menores.

**ARTIGO 8.º**  
(Composição)

- 1. Cada Câmara será composta por um Presidente e pelo número de Juizes que se julgar necessário.
- 2. A Câmara Criminal é desdobrada em três Secções.
- 3. A Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro é desdobrada em três Secções, sendo a primeira e a segunda do Cível e a terceira do Administrativo, Fiscal e Aduaneiro.
- 4. A Câmara do Trabalho é desdobrada em duas Secções.
- 5. A Câmara da Família, Sucessões e Menores é desdobrada em duas Secções.

**ARTIGO 9.º**  
(Funcionamento)

- 1. As Câmaras e Secções são presididas pelo Presidente do Tribunal Supremo, sempre que o entenda e sem direito a voto, podendo delegar no Vice-Presidente.

2. As Câmaras e Secções são constituídas por um mínimo de três Juizes, cabendo a um Juiz as funções de relator e aos outros a de adjuntos e só podem funcionar com a presença de todos.

3. Na ausência de um dos Juizes da Câmara ou da Secção, são chamados para completar os Juizes da outra Secção da Câmara, designado para o efeito pelo Presidente do Tribunal Supremo, podendo obter-se o concurso dos juizes da outra Câmara.

**SECÇÃO V**  
**Competência das Câmaras**

**ARTIGO 10.º**  
(Câmara Criminal)

Compete à Câmara Criminal:

- a) Julgar, de facto e de direito, os recursos das decisões proferidas em processos de natureza criminal pelos Tribunais Provinciais e Municipais;
- b) Julgar em Primeira Instância os feitos criminais cometidos pelo Presidente, Vice-Presidente da República, Presidente da Assembleia Nacional, Deputados da Assembleia Nacional, Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público, Membros dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judiciais e do Ministério Público, Generais das Forças Armadas Angolanas e entidades equiparadas e os membros do Executivo;
- c) Conhecer dos conflitos de competência entre os Tribunais Provinciais e entre os Tribunais Municipais de outras Províncias;
- d) Conhecer pedidos de habeas corpus;
- e) Conhecer dos conflitos de jurisdição cuja apreciação não pertença a outra Câmara;
- f) Conhecer dos recursos de Cassação das sentenças penais proferidas pelos Tribunais de Primeira Instância;
- g) Julgar os processos de reforma dos autos da sua competência que se tenham perdido no Tribunal;
- h) Decidir o desaforamento de processo criminal do Tribunal competente;
- i) Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

**ARTIGO 11.º**  
(Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro)

Compete à Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro:

- a) Julgar, de facto e de direito, os recursos das decisões proferidas em processos de natureza Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro dos Tribunais Provinciais e Municipais e doutros recursos que por lei sejam submetidos ao seu conhecimento;
- b) Julgar confissões, desistências e transacções, bem como quaisquer incidentes nos processos que deva conhecer;
- c) Julgar os processos de reforma de autos de sua competência e que se tenham perdido no Tribunal;
- d) Conhecer quando tal não for atribuído à outra Câmara dos conflitos de competência entre os Tribunais Provinciais e entre estes e os Tribunais Municipais de outras Províncias;

- e) Julgar em Primeira Instância as acções de indemnização propostas contra Juizes de todos os Tribunais e os Magistrados do Ministério Público, por faltas praticadas no exercício das suas funções;
- f) Rever as sentenças que em matéria cível tenham sido proferidas por Tribunais estrangeiros ou árbitros em países estrangeiros, nos termos da Lei do Processo;
- g) Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

**ARTIGO 12.º**  
(Câmara do Trabalho)

Compete à Câmara do Trabalho:

- a) Julgar, de facto e de direito, os recursos das decisões proferidas pelas Salas do Trabalho dos Tribunais Provinciais;
- b) Conhecer de todos os outros recursos que, por lei, sejam submetidos ao seu julgamento;
- c) Julgar os processos de reforma de autos se sua competência e que se tenham perdido no Tribunal;
- d) Rever as sentenças que em matéria de trabalho tenham sido proferidas por Tribunais ou árbitros em países estrangeiros;
- e) Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

**ARTIGO 13.º**  
(Câmara da Família, Sucessões e Menores)

Compete à Câmara da Família, Sucessões e Menores:

- a) Julgar, de facto e de direito, os recursos das decisões proferidas em processos de natureza da Família, Sucessões e Menores dos Tribunais Provinciais e doutros recursos que por lei sejam submetidos ao seu conhecimento;
- b) Rever as sentenças que em matéria da Família tenham sido proferidas por tribunais estrangeiros, nos termos da Lei do Processo;
- c) Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

**SECÇÃO VI**  
**Distribuição**

**ARTIGO 14.º**  
(Distribuição)

Os processos e papéis entrados no Tribunal serão consoante os casos, atribuídos ao Plenário, ou às Câmaras.

**SECÇÃO VII**  
**Espécies no Supremo**

**ARTIGO 15.º**  
(No Plenário)

No Plenário há as seguintes espécies:

- 1.ª Recurso das decisões das Câmaras em Primeira Instância;
- 2.ª Recurso para Uniformização de Jurisprudência;
- 3.ª Conflitos de Competência;

- 4.ª Conflitos de Jurisdição;
- 5.ª Recursos de Revisão;
- 6.ª Recurso de Cassação;
- 7.ª Pedidos de Extradicação;
- 8.ª Recursos em Matéria Disciplinar;
- 9.ª Recurso Ordinário das Decisões Proferidas em Processo de Impugnação de Acto Administrativo;
- 10.ª Recurso Ordinário das Decisões Proferidas em Matéria de Suspensão de Eficácia de Acto Administrativo.

**ARTIGO 16.º**  
(Na Câmara Criminal)

Na Câmara Criminal há as seguintes espécies:

- 1.ª Recurso em Processo Penal;
- 2.ª Processos Julgados em Primeira Instância;
- 3.ª Conflitos de Competência;
- 4.ª Habeas Corpus;
- 5.ª Conflito de Jurisdição;
- 6.ª Reforma de Autos;
- 7.ª Recurso de Revisão;
- 8.ª Recurso de Cassação;
- 9.ª Recurso das Decisões que Apliquem Medidas de Prevenção Criminal ao Menor;
- 10.ª Recursos em Matéria Fiscal e Aduaneiro.

**ARTIGO 17.º**  
(Na Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro)

Na Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro há as seguintes espécies:

- 1. No Cível:
  - 1.ª Recurso de Apelação;
  - 2.ª Recurso de Agravo;
  - 3.ª Conflitos de Competência;
  - 4.ª Conflito de Jurisdição;
  - 5.ª Reforma de Autos;
  - 6.ª Recursos de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira;
  - 7.ª Incidentes Processuais em Matéria Cível;
  - 8.ª Acção de Indemnização Contra Magistrados;
  - 9.ª Anulação de Decisões Arbitrais;
  - 10.ª Recurso das Decisões que Apliquem Medidas de Protecção Social ao Menor;
  - 11.ª Recurso das Decisões que Apliquem Medidas por Contravenção por Violação; do Dever de Protecção Social ao Menor.
- 2. No Administrativo:
  - 1.ª Recurso de Impugnação de Acto Administrativo;
  - 2.ª Acção Derivada de Contrato Administrativo;
  - 3.ª Execução Baseada em Título Derivado de Sentença;
  - 4.ª Autos de Suspensão de Eficácia em Primeira Instância;
  - 5.ª Recurso Ordinário de Impugnação de Acto Administrativo;



- 6.º Recurso Ordinário em Matéria de Contrato Administrativo;
- 7.º Recursos Ordinário dos Actos de Suspensão da Eficácia;
- 8.º Recurso em Matéria Fiscal e Aduaneiro;
- 9.º Recurso em Processo de Transgressão Administrativa.

**ARTIGO 18.º**  
(Na Câmara do Trabalho)

Na Câmara do Trabalho há as seguintes espécies:

- 1.º Recurso de Apelação;
- 2.º Recurso de Agravo;
- 3.º Conflito de Competência;
- 4.º Conflito de Jurisdição;
- 5.º Reforma de Autos;
- 6.º Recurso de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira.

**ARTIGO 19.º**  
(Na Câmara da Família, Sucessões e Menores)

Na Câmara da Família, Sucessões e Menores há as seguintes espécies:

- 1.º Recurso de Apelação;
- 2.º Recurso de Agravo;
- 3.º Conflito de Competência;
- 4.º Conflito de Jurisdição;
- 5.º Reforma de Autos;
- 6.º Recurso de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira.

**SECÇÃO VIII**  
**Dos Juizes Conselheiros**

**ARTIGO 20.º**  
(Competência dos Juizes Conselheiros)

Compete aos Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo:

- a) Intervir no julgamento das causas que lhes forem atribuídas nos termos da Lei do Processo;
- b) Intervir nas reuniões do Plenário do Tribunal Supremo;
- c) Exercer as demais atribuições que lhes forem cometidas por lei.

**CAPÍTULO IV**  
**Serviços de Apoio Técnico e Administrativo**

**SECÇÃO IX**  
**Serviços de Apoio Técnico e Administrativo**

**ARTIGO 21.º**  
(Constituição)

1. Constituem os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo do Tribunal Supremo, a Secretaria Judicial, os Serviços Administrativos, os Gabinetes do Presidente, do Vice-Presidente, bem como os dos Juizes Conselheiros.

**ARTIGO 22.º**  
(Secretaria Judicial)

1. A Secretaria Judicial tem como função apoiar as Câmaras do Tribunal Supremo.
2. A Secretaria funciona sob a orientação directa do Secretário Judicial e sob a superintendência do Presidente do Tribunal.

3. Ao Secretário Judicial, como chefe de secretaria, incumbe:

- a) Corresponder-se com os Tribunais da Primeira Instância, as repartições públicas e autoridades sobre assuntos da sua competência e, em caso de urgente necessidade, assinar, por ordem e em nome do Presidente, a correspondência deste, com expressa menção do facto;
- b) Subscrever as certidões de todos os documentos, livros e processos do Plenário e assinar os mapas, cópias e anúncios;
- c) Apresentar ao Presidente as questões que este haja de resolver e os processos pendentes para terem o devido destino, prestando-lhe todos os esclarecimentos necessários para o seu regular andamento;
- d) Rubricar os livros do Plenário, assinar os seus termos de abertura e encerramento e visar o mapa dos processos;
- e) Assistir às sessões do Plenário e redigir as actas;
- f) Levar os feitos à distribuição na primeira sessão do Plenário após a sua apresentação;
- g) Assinar as tabelas das causas que tenham dia designado para julgamento;
- h) Encerrar e rubricar diariamente o livro do registo de entradas.

4. Nas suas faltas e impedimentos é o Secretário Judicial substituído pelo Secretário da Câmara e, na falta de ambos, pelo Escrivão de Direito de 1.ª Classe.

**ARTIGO 23.º**  
(Secretário)

1. Ao Secretário, como Chefe da Câmara, incumbe:

- a) Superintender os Serviços da Câmara sob sua jurisdição;
- b) Zelar pelo cumprimento dos deveres dos funcionários, informando o Presidente da Câmara das faltas cometidas por qualquer deles;
- c) Abrir a correspondência oficial e redigir a correspondência de que o Presidente o encarregar, submetendo-a à sua assinatura;
- d) Corresponder-se com as entidades públicas e privadas, sobre assuntos referentes ao funcionamento da Secretaria sob sua jurisdição;
- e) Dirigir os serviços de contagem de processos, providenciando pelo correcto desempenho dessas funções, assumindo-as pessoalmente e quando tal se justifique;
- f) Registrar as informações referentes aos funcionários da Secretaria, lançando no respectivo livro as notas relativas ao desempenho das suas funções e as penas disciplinares que lhes sejam aplicadas;
- g) Subscrever as certidões de todos os documentos, livros e processos existentes na Secretaria e assinar os mapas, cópias e anúncios;

h) Apresentar ao Presidente da Câmara as questões que este haja de resolver e os processos pendentes para terem o devido destino, prestando-lhe todos os esclarecimentos necessários para o seu regular andamento;

i) Rubricar os livros de serviço da Secretaria, assinar os seus termos de abertura e encerramento e visar o mapa dos processos;

j) Levar os feitos à distribuição na Primeira Sessão das Câmaras após a sua apresentação;

k) Assinar as tabelas das causas que tenham dia designado para julgamento;

l) Encerrar e rubricar diariamente o livro do registo de entradas;

m) Providenciar pela preservação das instalações e equipamentos da Secretaria sob sua jurisdição;

n) Desempenhar as demais funções conferidas por lei ou por determinação superior.

2. Todos os funcionários da Câmara coadjuvam o Secretário, executando o trabalho que por ele, ou por quem o substituir, lhes seja ordenado.

3. Ao Escrivão de Direito de 1.<sup>a</sup> Classe, incumbe:

a) A imediata substituição do Secretário, nas faltas e impedimentos;

b) Zelar pelo cumprimento dos deveres dos funcionários, informando o Secretario das faltas cometidas por qualquer deles;

c) Preparar os processos para distribuição e praticar todos os demais actos próprios do distribuidor geral, no caso da Secretaria entrar de turno;

d) Organizar as tabelas dos feitos que hão-de entrar em julgamento;

e) Assistir aos julgamentos, conferências, sessões, audiências e redigir as actas respectivas;

f) Proceder diariamente ao lançamento dos processos pagos no livro de «mesena» e somar os seus lançamentos no fim do mês, passando logo os cheques respectivos;

g) Proceder ao registo de acórdãos e suas notificações;

h) Proceder à passagem de certidões de peças dos processos;

i) Elaborar mapas e descrição de bens;

j) Proceder à execução de qualquer outros serviços que por lei ou determinação superior lhe devam pertencer.

#### SECÇÃO X

#### Serviços de Apoio Administrativo

#### ARTIGO 24.º

#### (Composição)

1. Compõem os Serviços de Apoio Administrativo:

a) A Secretaria Geral;

b) O Departamento de Administração e Gestão do Orçamento;

c) O Departamento de Recursos Humanos;

d) O Departamento de Informática;

e) A Repartição de Documentação;

f) A Repartição de Expediente e Arquivos Gerais.

#### ARTIGO 25.º

#### (A Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral é dirigido por um Secretário, nomeado pelo Presidente do Tribunal Supremo de entre indivíduos habilitados com licenciatura e experiência profissional adequada ao exercício das respectivas funções.

2. A nomeação, precedida de audição do Plenário, é em comissão de serviço pelo período de três anos, que poderá ser renovado por iguais períodos.

3. Compete ao Secretário Geral coordenar o funcionamento dos respectivos serviços e em especial:

a) Orientar o funcionamento do Tribunal, sob superintendência do Presidente do Tribunal;

b) Coordenar e exercer a gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos do Tribunal;

c) Subscrever os termos de posse ou início de funções dos funcionários dependentes do Tribunal Supremo;

d) Fazer o índice de todos os assuntos de importância que tenham entrado no Tribunal;

e) Escrever o livro de correspondência confidencial, que terá sob sua guarda;

f) Guardar o selo branco e fiscalizar o seu uso.

4. Nas suas faltas e impedimentos é o Secretário Geral substituído pelo Chefe de Departamento de Administração e Gestão do Orçamento e, na falta ou impedimento de ambos, pelo Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

5. Compete ainda ao Secretário Geral:

a) Organizar e dirigir os Serviços da Secretaria;

b) Apreciar os planos anuais de actividade e os respectivos relatórios de execução e submetê-lo à aprovação do Presidente do Tribunal;

c) Preparar o projecto de orçamento anual e submetê-los à aprovação do Presidente;

d) Zelar pela cobrança das receitas e verificar regularmente os fundos em cofre e em depósito;

e) Autorizar as despesas que não devam ser autorizadas pelo Presidente;

f) Fiscalizar a organização da contabilidade e zelar pela sua execução;

g) Analisar as contas de gestão e execução do orçamento, apresenta-la ao Presidente e promover o seu envio ao Tribunal de Contas;

h) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de gestão financeira e patrimonial que lhe seja submetido;

i) Garantir o cumprimento das orientações definidas pelo Presidente do Tribunal Supremo;

j) Submeter à apreciação do Presidente do Tribunal os assuntos que careçam de resolução superior;

k) Dar execução das orientações de que for incumbido pelo Presidente;

l) Elaborar propostas sobre a nomeação, avaliação, promoção, exoneração, e classificação dos funcionários sob indicação dos respectivos chefes;

m) Desempenhar as demais tarefas que lhe sejam atribuídas superiormente.

6. O Presidente do Tribunal Supremo pode delegar competências em matéria de gestão financeira no Secretário Geral, ou, na falta deste, no Chefe de Departamento de Administração e Gestão do Orçamento até ao limite das competências de Director Geral.

7. O Secretário Geral auferirá a remuneração base do cargo de Director Geral.

#### ARTIGO 26.º

(Departamento de Administração e Gestão do Orçamento)

1. Ao Departamento de Administração e Gestão do Orçamento compete:

- a) Elaborar a proposta dos orçamentos de funcionamento e de investimento;
- b) Acompanhar a execução orçamental e propor as alterações necessárias;
- c) Processar as requisições de fundos de contas das dotações consignadas ao Tribunal;
- d) Elaborar a conta de gerência e preparar o projecto do respectivo relatório;
- e) Instruir os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços e a realização de empreitadas de obras públicas;
- f) Assegurar a escrituração e os registos contabilísticos obrigatórios;
- g) Assegurar o processamento das remunerações e outros abonos, bem como proceder à liquidação dos respectivos descontos;
- h) Verificar e processar os documentos de despesas;
- i) Assegurar a vigilância, segurança, conservação, limpeza e arrumação das instalações, equipamentos e viaturas;
- j) Manter actualizado o cadastro e o inventário dos bens imóveis e móveis e o inventário e cadastro relativo ao parque automóvel;
- k) Promover o armazenamento, conservação e distribuição de bens e consumos correntes e assegurar a gestão de estoques.

2. Do Departamento de Administração e Gestão do Orçamento fazem parte a Secção de Finanças e Contabilidade e a Secção de Património e Conservação, a quem compete, sob a direcção do respectivo chefe, o exercício das competências referidas nas alíneas do número um, respectivamente.

#### ARTIGO 27.º

(Departamento dos Recursos Humanos)

Compete ao Departamento de Recursos Humanos:

- a) Registar as informações referentes aos funcionários do Tribunal, lançando no respectivo livro as notas relativas ao desempenho das suas funções e as penas disciplinares que lhes sejam aplicadas;
- b) Proceder ao registo de assiduidade e de antiguidade do pessoal;
- c) Promover o aperfeiçoamento profissional do pessoal;

d) Elaborar estudos necessários à correcta afectação do pessoal aos diversos serviços do Tribunal Supremo;

e) Informar sobre as questões relativas à aplicação do regime da função pública que lhe sejam submetidos;

f) Emitir pareceres sobre a nomeação, avaliação, promoção, exoneração e classificação dos funcionários do Tribunal sob indicação do respectivo chefe.

#### ARTIGO 28.º

(Departamento de Informática)

Compete ao Departamento de Informática:

- a) Planear e assegurar a gestão dos sistemas informáticos do Tribunal Supremo;
- b) Proceder ao diagnóstico das necessidades que se verifiquem no funcionamento dos sistemas e formular as correspondentes propostas;
- c) Promover a formação de utilizadores internos de tais sistemas e cooperar nessa formação, com meios próprios, ou recorrendo a entidades externas ao Tribunal Supremo;
- d) Proceder à conservação e actualização das bases de dados do Tribunal Supremo em coordenação com os serviços produtores ou responsáveis pelo tratamento da correspondente informação;
- e) Manter em funcionamento e actualizado os serviços informativos que o Tribunal Supremo venha a disponibilizar a utilizadores externos;
- f) Apoiar tecnicamente a elaboração de cadernos de encargos e a selecção, aquisição, contratação e instalação de equipamento informático;
- g) Tornar acessíveis aos Magistrados em serviço no Tribunal Supremo as principais bases de dados jurídicos de legislação, jurisprudência e doutrina, nacionais e estrangeiras, suportando o Tribunal Supremo os respectivos encargos em termos a definir pelo Presidente, ouvido o Plenário.

#### ARTIGO 29.º

(Repartição de Documentação)

1. Compete à Repartição de Documentação:

- a) Organizar e assegurar a gestão da Biblioteca do Tribunal Supremo, designadamente inventariando e tratando as publicações recebidas e adquiridas;
- b) Propor a aquisição de publicações com interesse para o Tribunal Supremo;
- c) Manter actualizado uma base de dados de decisões do Tribunal Supremo;
- d) Promover a publicação no Diário da República dos Acórdãos do Tribunal Supremo, quando a mesma deva ter lugar;
- e) Preparar e promover a edição de outras publicações de interesse para o Tribunal Supremo ou relacionados com a sua actividade;

- f) Preparar colecções temáticas de estudos, relatórios e estatísticas que facilitem o exercício da actividade jornalística relativa a justiça e, em especial, ao Tribunal Supremo;
- g) Realizar pesquisas informáticas ou manuais, nomeadamente junto de outras bibliotecas, a solicitação dos serviços do Tribunal Supremo ou dos Magistrados que neste desempenham funções;
- h) Colaborar na organização e conservação do arquivo histórico do Tribunal Supremo;
- i) Proceder ao tratamento e arquivo da legislação, assegurando um serviço de informação legislativa;
- j) Proceder à tradução e retroversão de textos;
- k) Organizar conferências e seminários da iniciativa do Tribunal Supremo;
- l) Cooperar com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais em matéria de documentação e informação;
- m) Apoiar os Juizes Conselheiros na selecção das decisões a publicar;
- n) Exercer assessoria em matéria da comunicação social;
- o) Estudar e desenvolver formas de divulgação sistemática de informação sobre a actividade do Tribunal Supremo, com observância da lei e de directivas superiores;
- p) Analisar o conteúdo dos títulos e seleccionar as notícias que interessam a actividade do Tribunal Supremo e, em particular, dos Tribunais;
- q) Recolher e analisar informação relativa a tendências de opinião sobre a acção do Tribunal Supremo e, em geral, da administração da justiça.

2. A Repartição de Documentação deve incluir no máximo quatro elementos, de preferência com experiência na área da comunicação social.

#### ARTIGO 30.º

##### (Repartição de Expediente e Arquivo)

Compete à Repartição de Expediente e Arquivos Gerais:

- a) Executar as tarefas inerentes à repartição, distribuição, expedição e arquivo da correspondência e outros documentos;
- b) Assegurar o expediente dos serviços do Tribunal Supremo;
- c) Nenhuma correspondência terá seguimento na Repartição sem que nele esteja lançada a nota de registo de entrada no livro próprio;
- d) Nenhuma correspondência é arquivada sem estar resolvido o assunto a que se refere e sem dele se dar baixa no respectivo registo.

#### ARTIGO 31.º

##### (Composição dos Gabinetes)

1. O Gabinete do Presidente é composto por um Director, um Director-Adjuuto, quatro Assessores, um secretário, dois técnicos de computador, dois funcionários administrativos e um motorista.

2. O Gabinete do Vice-Presidente é composto por um Director do Gabinete, três assessores, um secretário, dois técnicos de computador, dois funcionários administrativos e um motorista.

3. O Gabinete do Juiz Conselheiro é composto por dois assessores, um secretário, um técnico de computador e dois funcionários administrativos.

#### ARTIGO 32.º

##### (Dos assessores)

1. Os assessores que não sejam Magistrados são obrigatoriamente mestres ou licenciados em direito de reconhecida competência, competindo-lhes coadjuvar os respectivos Juizes no exercício das suas funções, desempenhando as tarefas que lhes sejam determinadas.

2. O desempenho de funções de assessores é incompatível com o exercício da advocacia.

#### ARTIGO 33.º

##### (Nomeação do pessoal)

1. Os Gabinetes de Apoio integram igualmente o pessoal do quadro temporário, nos termos da lei, nomeado e exonerado pelo Presidente do Tribunal Supremo, mediante proposta do Juiz interessado, em conformidade com o n.º 2 do artigo 43.º da Orgânica do Tribunal Supremo.

2. Enquanto não for aprovado diploma próprio sobre esta matéria, aos integrantes dos Gabinetes de Apoio é atribuído o suplemento remuneratório previsto para o pessoal dos Gabinetes dos Membros do Executivo ou equiparado, nos termos dos Decretos n.ºs 26/97 e 68/02, de 4 de Abril e 29 de Outubro, respectivamente.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o Presidente, conforme as circunstâncias, recorrer à contratação de especialistas ou outro pessoal com qualificação, para colaborar ou realizar tarefas específicas de carácter eventual ou extraordinário, mediante indicação prévia da duração e respectiva remuneração.

#### ARTIGO 34.º

##### (Provimento)

O provimento do pessoal do Tribunal Supremo, bem como o dos Serviços de Apoio, não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.

Luanda, 22 de Agosto de 2014.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Cristiano André*.